

UNESP 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

PAULA FRANCINE GARREFA

**ARTICULAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS INTERNAS E EXTERNAS NO
BRASIL DOS ANOS DE 1980 AOS NOSSOS DIAS:**

uma análise valorativa sobre o desenvolvimento social e político-cultural



**ARARAQUARA – SP
2012**

PAULA FRANCINE GARREFA

**ARTICULAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS INTERNAS E EXTERNAS NO
BRASIL DOS ANOS DE 1980 AOS NOSSOS DIAS:**

uma análise valorativa sobre o desenvolvimento social e político-cultural

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Ciências
Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp/Araraquara, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karina Lilia
Pasquariello Mariano.

**ARARAQUARA – SP
2012**

Garrefa, Paula Francine

Articulação entre as políticas internas e externas no Brasil dos anos de 1980 aos nossos dias: uma análise valorativa sobre o desenvolvimento social e político-cultural / Paula Francine Garrefa. – 2012

91 f. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Karina Lilia Pasquariello Mariano

1. Política e governo. 2. Evolução social – Brasil.
3. Política social. Título.

PAULA FRANCINE GARREFA

ARTICULAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS INTERNAS E EXTERNAS NO BRASIL DOS ANOS DE 1980 AOS NOSSOS DIAS: *uma análise valorativa sobre o desenvolvimento social e político-cultural*

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Data da defesa/entrega: ____/____/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof.^a Dr.^a Karina Lília Pasquariello Mariano.
Universidade: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Castro
Universidade: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Membro Titular: Prof. Dr. Marcelo Santos
Universidade: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Local: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Campus de Araraquara – SP – Faculdade de Ciências e Letras.

Aos meus pais:

Maria Helena e Paulo Garrefa, pelo apoio incondicional, por acreditarem no meu potencial enquanto pessoa e profissional; por estarem sempre disposto a me apoiar, bem como, a orientar conselhos com brandura, chamando minha atenção quando me sinto perdida. Por toda minha criação com amor e energia. Porque juntos aprendemos que a relação entre pais e filhos é tão transformadora quanto o mundo que nos cerca.

Aos meus irmãos:

Alexandre e Fernando, cujo apoio e o abraço se faz presente.

Aos meus sobrinhos e aos próximos:

Neto, Maitê e Lorena, que o futuro lhes reserve ótimas experiências de vida. Que não lhes falem forças para encarar as adversidades do mundo, e que este seja mais humano com vocês e para vocês, meus amores.

Aos professores e alunos, aos educadores e mediadores, aos produtores culturais e espectadores de cultura, aos mobilizadores sociais e a todos aqueles que se atrevem a pensar o mundo de maneira transformadora, pelas lentes irrestritas da cultura e da educação. Enfim, a todas aquelas pessoas que encaram a vida como um processo contínuo de aprendizado.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Karina Mariano, pela atenção, acolhimento, observações sugeridas e pela generosidade em oferecer parte do material para estudo. Aos professores que constituíram a Banca: Ana Lúcia de Castro e Marcelo Santos, pela receptividade e pelas solícitas posturas.

Às professoras e aos professores dos Departamentos de Antropologia e Política e de Sociologia, da Unesp de Araraquara, os quais propuseram aulas inspiradoras e foram os guias mediadores para que se desenvolve-se em mim o sentido do saber sem tutela; assim como, gostaria de agradecer às secretárias de ambas as Seções, pela pronta disposição em atender aos alunos. E aos funcionários: da divisão técnica e da seção de administração da Graduação, da biblioteca e da manutenção; a todos da mesma universidade.

Aos meus pais: Maria Helena e Paulo Garrefa, pelo amor, carinho, dedicação respeito e paciência. Aos meus irmãos: Alexandre e Fernando, por todas as horas de brincadeiras, afeto e atenção. À memória das minhas avós: Carmélia e Olga, pela doçura e cuidado com todos. À memória dos meus avôs: Jayme e Marcelo, pelo carinho e pela educação contada. As minhas tias e aos meus tios; as minhas primas e aos meus primos; aos demais parentes e agregados, cujos membros compõem as duas grandes famílias Ribeiro e Garrefa, pelos momentos de confraternização.

À minha amiga Vivian Cunha, a quem a vida me agracia com a oportunidade de nos manter em contato; pois, sempre há de haver encontros e desencontros, mas acredito que, nessa amizade de anos, temos muita sorte! Obrigada, Vi, por me ouvir e transmitir pensamentos bons!

À família Cayres: Lia, Nara, Jacira e Milton, por me acolherem com amizade, consideração, amor e respeito. Agradeço pelos inúmeros momentos que passamos juntos; pela generosidade nessa acolhida espiritualizada e fraterna; por me oferecerem a oportunidade de conhecer pessoas, lugares e ocasiões maravilhosas.

Aos eternos participantes da “casa de madeira”, república onde os acontecimentos ficaram presentes na memória, muito embora, o desmembramento fosse inevitável, se comprovou que a casa não é o lugar fixo, mas a atmosfera de amizade, a qual cada participante sustenta. Grande é a minha felicidade ao recordar tais momentos. A final, não poderia ser diferente, conheci e me apaixonei por pessoas maravilhosas, eram veteranos e “bichos”, participantes e membros, agregados e convidados; o que deixava a casa sempre cheia, e não faltava conversa interessantemente organizada ou gente disposta a fazer delícias

gastronômicas. Portanto, para além desses anos de vida universitária, agradeço especialmente: à Maíra Balieiro, pela apresentação inicial e a amizade constante; à Lisandra Amaral, amiga querida, tamanha são a admiração e o respeito que cultivo pela pessoa que é você, obrigada por expor tão abertamente suas ideias e por tornar as conversas sedutoras e empolgantes, por estar presente e ser presença; à Aruana Ribeiro, a quem se mostrou amiga pra todas as horas, sempre disposta ao diálogo, como é bom estar com você, ouvi-la e aprender a olhar as coisas do mundo de maneira diferente e renovadora; à Maiara Schiavon, pelo carinho e amizade; à Alessandra Azevedo, amiga de uma vida inteira, pelos momentos que compartilhamos, e por persistirem os cuidados e o carinho, por ser atenciosa e dedicada.

As amigas e aos amigos de sala, especialmente: à Mylian Sugawara, amiga leal e companheira; à Marina Guimarães, eterna menina e doce amiga; à Kátia Isicawa, pessoa correta, amiga inteligente e amável; à Marília Oliveira, por ser maravilhosamente você, pessoa que sempre me assiste com respeito e atenção; à Bruna Pagotto, pela espontaneidade e o carinho; à Moara Cortazzo, pelo jeitinho sem censura, todo à vontade de seu ser.

Aos mais novos amigos, nem por isso, menos especiais, os meus agradecimentos especiais à Marina Szo, pela amizade afetuosa e pelos bons momentos; e não poderia me esquecer de Leandro Cesar, amigo dedicado e generoso, presença que garante alegria aos meus dias.

E finalmente, ao apoio das amigas Débora Cristina e Ana Carolina Biscalchin, que me socorreram na estruturação e montagem desse trabalho final de conclusão de curso, o meu muito obrigada!

RESUMO

Assim como, as vivências nos intercâmbios internacionais podem e devem contribuir em grau elevado na constituição das mesmas políticas públicas, angariando recursos e investimentos externos, elas também podem se aprofundar em experiência de conscientização dos sujeitos políticos. Quanto mais a difusão cultural entre os povos é incentivada, pelos governos e iniciativas não governamentais, somada à atividade política dos sujeitos, mais trará contribuições aos entremeios das sociedades complexas, que por sua vez, refletirão na melhoria das condições de vida dos indivíduos e de suas instituições. O plano discursivo ideal propõe a superação das amarras econômicas para contemplar os estratos sociais, essa seria a primeira etapa para iniciar o aperfeiçoamento das instâncias democráticas e, convém assistir às transformações desde a estrutura, ou seja, dos modos de pensar, ser e agir dos seres humanos em busca de um novo tipo de desenvolvimento, que de fato se reconheça globalizado. Para tanto, o método utilizado se ancorou na revisão bibliográfica da análise histórica e da análise de discursos dos ex-presidentes, a partir da época de redemocratização brasileira. A todo o momento, frisou-se a articulação entre as mais diversas frentes de organização social, interna e externa, bem como as supranacionais, tal articulação é oportuna à metodologia, na tentativa de uma compreensão introdutória dos processos da modernidade complexa. Além disso, optou-se por tecer considerações finais que deixassem o texto aberto ao debate, ao contrário de qualquer proposta conclusiva. A saber, a potencialidade em dialogar sobre o conceito de desenvolvimento, que se deseja pluralmente inserido na universalidade relativa ao gênero humano, torna-se mais atraente, à medida que são cobradas melhorias dos programas político-democráticos. O mundo contemporâneo já apresenta a confluência de vozes diversas, contudo, ainda não se aprofundaram o conhecimento sobre e entre os grupos dinâmicos, falta pensar a promoção das individualidades sociais no globo com fins a atingir a fraternidade universal, sendo a dinâmica da malha internacional suficientemente sólida em suas ligações para sustentar as (re)aberturas no tecido social, ao mesmo tempo em que são “costuradas” novas linhas de desconcentração do progresso.

Palavras-chave: *Política. Cultura. Diplomacia cultural. Cooperação regional. Desenvolvimento social e humano.*

RESUMEN

Como demuestran las experiencias en los intercambios internacionales pueden y deben contribuir a un alto grado en la constitución de estas políticas, recaudación de fondos y la inversión extranjera, sino que también puede profundizar en la experiencia de la conciencia de los sujetos políticos. La difusión más cultural entre los pueblos se siente alentado por los gobiernos y las iniciativas no gubernamentales, junto con la actividad política de los individuos, se creen más contribuciones a la inserción de las sociedades complejas, que a su vez se refleja en la mejora de las condiciones de vida de las personas y sus instituciones. El plan propone el ideal discursivo de la superación de los lazos económicos para incluir los estratos sociales, este sería el primer paso para el inicio de la mejora de la democracia y de instancias, es posible que desee ver las transformaciones de la estructura, es decir, formas de pensar, de ser y de actuar los seres humanos en busca de un nuevo tipo de desarrollo, que de hecho se reconoce globalizado. Por lo tanto, el método utilizado se basa de análisis histórico y el análisis de los discursos de presidentes anteriores, desde el momento de la redemocratización de Brasil. En todo momento, destacó la articulación entre los distintos frentes de la organización social, interno y externo así como el supranacional, tal articulación es oportuna a la metodología, en un esfuerzo para comprender los procesos de la modernidad compleja. Además, se decidió realizar observaciones finales que dejan el texto abierto al debate, a diferencia de cualquier propuesta final. Es decir, el potencial para el diálogo sobre el concepto de desarrollo, que se inserta en la universalidad pluralmente sobre la raza humana, se vuelve más atractivo, ya que pagan mejoras en los programas políticos y democráticos. El mundo contemporáneo ya muestra la confluencia de voces diversas, sin embargo, no han profundizado el conocimiento sobre y entre los grupos dinámicos, parece carecer de la promoción social de las personas de todo el mundo con el propósito de lograr la fraternidad universal, y suficientemente la dinámica de la red internacional conexiones sólidas para sostener su (re) aperturas en el tejido social, al mismo tiempo que son "cosidos" nuevas líneas de transferencia de progreso.

Palabras-claves: Política. Cultura. Diplomacia Cultural. Cooperación Regional. Desarrollo social y humano.

LISTA DE ABREVIATURAS

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA – Associação de Livre Comércio Sul-Americana
CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão.
MEC – Ministério da Educação.
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MRE – Ministério das Relações Exteriores.
ONGs – Organizações não-governamentais
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. A ÊNFASE AO CAMPO CULTURAL NAS DIPLOMACIAS NACIONAIS	13
2. A NOVA REPÚBLICA	41
1.2. Governo José Sarney (1985-90)	42
1.3. Governo Fernando Collor (1990-92) e Governo Itamar Franco (1992-94)	47
1.4. Governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-98) e (1999-2002)	54
1.5. Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-06) e (2007-2010)	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	90
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	91

INTRODUÇÃO

O propósito da análise em questão é levantar um novo tipo de debate sobre o desenvolvimento social global, para isso foi elencada uma discussão valorativa introdutória envolvendo política e cultura, a fim de promover a base analítica já existente e tomando a análise dos discursos como incremento dos elementos conceituais, longe de aceitar ingenuamente as falas, mas no intuito de encarar a potencialidade ideal que se apresentam nelas e como forma de promover uma revisão histórica através de exame bibliográfico.

O primeiro capítulo traz diálogos conceituais entre cultura e política, a fim de ser atingido (ainda que no plano ideal) o contato simbiótico político-cultural. Pois não se pretende focar preferencialmente em um ou outro, mas em suas noções de interdependência dentro dos cenários globais, trabalhando os pontos de vista sobre relações internacionais, diplomacia e desenvolvimento através da óptica cultural.

Também, de forma muito introdutória a discussão da questão de “identidade” e a questão da identidade nas relações internacionais para construção do discernimento relativo à questão da representação (ou da “representatividade” política, ou seja, sobre a problemática da insuficiência participativa) e sua crítica quando se trata de assumir funções limitadamente governativas.

Na sequência, no segundo capítulo são levantadas, de maneira panorâmica, as discussões sobre a formação da República brasileira, sobre como se constitui a dimensão de seu desenvolvimento social e sobre quais singularidades presentes no caso nacional, considerando o processo de redemocratização e o contexto histórico da política externa. Para tanto, empregou-se como base da análise os discursos dos ex-presidentes: Sarney; Itamar; Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.¹

As questões tratadas nos capítulos iniciais são retomadas nas considerações finais nas quais são feitas ponderações sobre as estratégias das políticas externas e internas dos governos tratando a cultura como um emaranhado que engloba tanto as caracterizações das partes conceituais como o relacionamento entre elas na totalidade prática, dizendo de outra maneira, de nada adianta múltiplas visões especializadas se não há uma correspondência articulada entre as mesmas, tencionando uma formulação panorâmica.

¹ Não foi possível analisar os discursos proferidos pelo ex-presidente Collor, uma vez que foram utilizados apenas os discursos selecionados e divulgados pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

1. A ÊNFASE AO CAMPO CULTURAL NAS DIPLOMACIAS NACIONAIS

A diplomacia cultural é parte do processo abrangente das relações culturais internacionais. Assim, o desempenho diplomático estatal depende de formas sociais autônomas de representar a cultura, no entanto, independentemente do ponto inicial –“a questão da diplomacia como relações culturais ou das relações culturais como objeto da diplomacia” (HOUAISS, 2011, p.18), em que, naquela primeira movimentação, a sociedade fortalecida se faz representar pelo seu Estado, as relações diplomáticas, sejam quais forem sua natureza econômica, política e comercial passam pelo crivo da cultura; ou, nessa última passagem, tendo em vista a valorização das culturas nacionais, regionais e ou locais, por parte dos governos na atuação de suas políticas exteriores – essas duas movimentações de reconhecimento da gama cultural se aplicam da prática para teorização e da teorização para renovação da prática, no entanto, ainda são poucas as ações da teorização para prática na diplomacia cultural. Isso porque, encarar a questão da cultura como matriz antecessora de qualquer outra questão social no plano das relações internacionais é uma “tendência”, se assim pode-se classificar, das últimas décadas do século XX, mas não é o caso um fenômeno recente.

Difundir determinado aspecto cultural de um povo para além de suas fronteiras, como sua língua, por exemplo, é uma prática aceita há tempos para a aproximação entre culturas, ocorre que esse reconhecimento e sua elaboração conceitual encontraram melhores condições de aprimoramento na contemporaneidade, devido à complexidade mesma das relações sociais a nível global.

Antonio Houaiss (2011) falando sobre o ensaio de Edgard Telles Ribeiro, a respeito da escassez de fontes teóricas, analisando as relações culturais para orientar a ação diplomática, no contexto do final dos anos 80 e no processo de redemocratização, diz:

Essa omissão talvez provenha da dificuldade mesma de delimitar a noção de cultura, de um povo (ou nação, ou Estado, ou governo, ou regime) em face de ou para com outro. Afinal de contas, que é de natural ou humano que não pertença a uma cultura? E que é o que, pertencendo-lhe caracteristicamente, pode ser objeto do interesse (e em que nível?) de outra cultura? E, em havendo isso, como “vendê-lo” e para que fins? (HOUAISS, 2011, p.18).

Há a dificuldade de delimitar a noção de identidade cultural, inserida na própria noção de cultura, a fim de criticar qualquer tipologia mesmo de delimitação.

Sobre a valorização das relações culturais e sua diferenciação da diplomacia cultural no contexto ampliado das relações internacionais, Ribeiro explica:

As relações culturais, conforme aqui entendidas, incluem a diplomacia cultural, de inspiração estatal, mas não se limitam a ela. De fato, e com frequência cada vez maior, as relações culturais incluem, também, as comunicações que os grupos sociais, as comunidades acadêmicas, os artistas, os produtores de cultura espontaneamente estabelecem entre si, independentemente das fronteiras que os separem, com ou sem a ajuda dos Estados a que pertencem, e algumas vezes até contra a vontade desses estados. (RIBEIRO, 2011, p.15).

Quando se fala em cultura e política, sobretudo entre sua vinculação estrita, é preciso retomar ao processo histórico de transformações e complexificação das esferas sociais, compreendendo não apenas política e economia, mas toda uma gama de fenômenos socioculturais, de meados do século XX ao início deste século. Após a Segunda Guerra e o começo das disputas bilaterais, conservando a ordem da política mundial resfriada, inicia-se a dinamização das sociedades por meio das corridas técnico-científicas e comunicacionais transformando as relações sociais, os modos de agir e pensar; assim sendo, a parte ocidental capitalista, como sabido, sobressai política-economicamente e ideologicamente, estendendo seu modelo a uma esfera economicamente globalizada.

Em um passado não muito distante, o cenário internacional estava dividido entre dois polos ideológicos opostos, entre alinhados e não alinhados a maioria dos países seguia com seus modelos políticos. No momento de intensificação dos processos de modernização intensificam-se também as contradições sociais; se por um lado, as inovações tecnológicas e o aumento na eficiência produtiva contribuem para o desenvolvimento dos países, por outro, se gasta muito com a lógica da segurança social repressora, os investimentos na área social não chegam a ser devidamente repassados, o sistema se corrompe e as manifestações sociais ganham força. De modo geral, alguns fatos isolados (com destaque para os campos da política e da cultura em intersecção entre as décadas de 1960 a 1970) são representativos das transformações ocorridas no mundo, se poderia, então, considerar que a trama das relações internacionais, será tecida, a partir desse período – entre choques governos-sociedades, entre setores de uma mesma sociedade e entre governos –, de maneira que cultura e política estão atreladas inseparavelmente.

No pós Guerra Fria, o cenário é multipolar, norte-americanos e nações europeias detêm os poderes militar, político e econômico; diálogos norte-sul, contextualizados nos anos 70, são retrabalhados a fim de se traçar diretrizes para cooperação na novíssima ordem mundial. Estando a América Latina em vias de reestruturação político-econômica e as nações da África e da Ásia em circunstância do surgimento estrutural como países, esses países necessitariam de auxílio e amparo econômico para retomar ou estabelecer tal crescimento.

Alguns de subdesenvolvidos passaram ao status de em desenvolvimento², os países, de maneira geral, foram impelidos a cooperarem, pela circunstância da própria complexificação dos estratos sociais a níveis exponencialmente globais, os quais eram agravados pela urbanização desenfreada, mal planejada e com dificuldades administrativas, devido à velocidade com que ocorriam os deslocamentos humanos, e pelo aumento da densidade populacional.

Entretanto, como já referido, no início do século XXI, notou-se, no relacionamento das políticas exteriores – e nas últimas crises do capital – que o estabelecimento das trocas comerciais aumentou ao ponto crescente da interdependência internacional e não apenas de um relacionamento com referenciais uni diretivos (norte>sul). Criou-se uma rede de conexões dependentes e reflexivas, partindo do plano local ao regional, assim estendido do campo nacional ao exterior. Isso por conta da eficiência nos meios de transportes e principalmente pela evolução no meio das telecomunicações, quando se trata da inovação promovida pela *internet* e da revolução ao disponibilizar o seu acesso a um número cada vez maior de pessoas; fala-se, em grandes proporções, de intercâmbio de ideias com capacidade, poder, de influência; ou seja, as diversidades culturais em estado de fluxo-troca abrem alas a uma nova revolução político-cultural, esta no campo do pensamento.

A novidade de hoje reside na extrema velocidade da circulação da informação – e na importância política de que se reveste esse processo de troca de idéias. [...] Em consequência, a cultura – entendida ainda aqui no sentido mais abrangente que lhe confere a antropologia – passa a ocupar um lugar de crescente importância na política internacional. Para muitos autores, inclusive, após as revoluções agrária, industrial e tecnológica, estaríamos agora às voltas com a revolução cultural – viabilizada pela revolução tecnológica, mas que em muito transcenderia os contornos dessa última. [...] A cultura já não seria um privilégio de determinadas classes sociais, e sim, nas palavras de Jacques Rigaud, uma aspiração universal das massas. (RIBEIRO, 2011, p.23).

Essa revolução, como previa Ribeiro, já está em processo. A cultura não se limita a uma aprendizagem formal, nos parâmetros curriculares escolares, nem poderia, ela vem acompanhada pela educação não formal e ou informal, a revolução cultural, na sua promessa de acessibilidade e democratização, é a prova de que os seres humanos têm a necessidade

² Durante o texto aparecem as seguintes denominações: “país desenvolvido”; “país em desenvolvimento” ou “emergentes”. Considera-se neste trabalho a questão do desenvolvimento, seja ele social ou político-econômico, relacionado às distintas sociedades do globo não cabendo, portanto, enquadrá-las em um tipo de modelo específico de desenvolvimento, nem adotar uma hierarquia tipológica para classificá-las e assim diferenciar as distintas sociedades pelo crivo da economia capitalista. Apenas fez-se referência à uma nomenclatura usual dentro das abordagens político-econômicas das relações internacionais e, não, ao sentido de desenvolvimento, como se para este só coubesse um modelo a seguir.

contínua de apreender conhecimentos e informações, de que os mesmos são sensíveis aquelas formas de manifestações e estão ansiosos e curiosos por apreender, independentemente de suas condições socioeconômicas, etária, psicofísicas e cognitivas.

A revolução cultural ganha importância à medida que as pessoas, os indivíduos, os cidadãos enquanto sujeitos políticos reconhecem e valorizam o meio sociocultural, quando não abrem mão de adquirir informações e trocá-las, da necessidade mesma de comunicar-se, expressar opiniões, compartilhar ideias, incluir o prazer da compreensão; enfim, desejosos por refazer um sentimento comunitário, coeso, em prol do bem comum, da felicidade e do lazer criativo.

As relações culturais internacionais, assim como as relações comerciais, ganham agilidade e “independência” nos movimentos de intercâmbio, portanto, à medida que as relações diplomáticas adquirem densidade cultural pode-se aproveitar com maior facilidade os canais naturais de comunicação para projetar os valores culturais de um determinado país. Assim, difundir programações culturais e divulgar culturas são ações que geram reações no sentido da aproximação, quanto mais espontâneas no estímulo à empatia, mais propensos estarão os países envolvidos no contato a atingirem a compreensão mútua, ou pelo menos, conter o distanciamento cognitivo e reduzir os obstáculos de entendimento. Ribeiro (2011, p.24), observa que “nem sempre isso ocorrerá, é verdade. Mas é suficiente que ocorra com certa frequência para que estejam plenamente justificados os esforços e recursos canalizados nessa direção.”.

O Estado representativo possui a função de mantenedor do processo de aproximação internacional, deve, contudo, continua Ribeiro, “assegurar e facilitar esse fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si”. Mesmo que haja divergências e problemas, inerentes ao processo comunicacional, “esses problemas acabam funcionando como elemento de aproximação”, como por exemplo, a questão do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, “a crescente interdependência que caracteriza as relações internacionais tende a promover esses temas de **problemas nacionais** à categoria de **preocupações internacionais**”. (RIBEIRO, 2011, p.25, grifo do autor).

As responsabilidades do Estado, com a difusão cultural e com a assistência técnica além-fronteiras, são justificadas pela existência de um campo cultural, interligado e distendido a outras esferas do domínio estatal, como a política, a economia e as trocas comerciais; é como se aquele campo citado atuasse sobre ou paralelamente a esses domínios. E reconhecer o contato intercultural, por mais tênue que possa parecer, como antecessor – e intrínseco da

negociação – a qualquer atividade regional ou bilateral, facilita as trocas comerciais, os acordos concorrenciais e o desenvolvimento socioeconômico em questão.

Quando a política externa de um país demonstra preocupações em investir na área de promoção cultural houve, anteriormente, a percepção mesma da via dupla envolvendo as relações culturais, ou seja, os governos começaram a facilitar o encaminhamento dos programas mediante as mobilizações e as necessidades sociais, a partir do momento em que os indivíduos de uma dada sociedade, conscientes ou não de sua carga política de atuação cívica, começaram a pressionar as instituições públicas por melhores condições de representação; por outra via, quanto mais um país investe em divulgação cultural extramuros mais ele contribui reflexivamente com a conscientização cultural própria de seu povo, maior a contribuição que a(s) cultura(s) adquire(m) como peso político ou como poder de expressão de uma comunidade.

As interconexões culturais mantidas em contato, seja dentro de um mesmo país ou mesmo avançando fora dele, geram combinações e adaptações dos fatores culturais nativos de um território, as quais enriquecem o processo de amadurecimento político-cultural e (re)formação de identidades. Assim, acredita-se que é possível progredir com um novo tipo de desenvolvimento social, em que o fator cultural detém o papel de protagonista dentro do campo da diplomacia, essa entendida enquanto situação relacional, fluxo intra e extra nacional, “a diplomacia cultural deve, em uma primeira etapa, ser fortalecida internamente – para, em seguida, ser colocada a serviço dos mais altos interesses externos do país” (RIBEIRO, 2011, p.27), Ribeiro segue dizendo:

Como ponto de partida, o presente trabalho toma de empréstimo à antropologia sua concepção básica de cultura. Como sabemos, para a antropologia cultura é a soma de hábitos, costumes e realizações de um indivíduo, uma comunidade, um povo, ao longo de sua história. Essas realizações, por sua vez, cobrem todos os campos da atividade humana, das artes à ciência, da tecnologia ao folclore, da política à religião, da saúde ao esporte, do comércio ao lazer.

A opção por uma definição abrangente fundamenta-se no pensamento de que a suprema manifestação de uma sociedade é a forma como ela vive, seus hábitos e costumes, e seu legado para as gerações que surgem. É ante esse plano geral mais amplo que deve ser colocado o primeiro plano da diplomacia cultural. (RIBEIRO, 2011, p.29).

Segundo a antropologia cultural, os indivíduos são fundamentalmente seres simbólicos, no exercício das atividades e ações criativas manifestam representações de caráter simbólico, ao materializar uma ação colocam-se em prática os conhecimentos adquiridos e vivenciados, por um indivíduo e/ou grupo de pessoas e nesse processo transformador da experimentação modifica-se, adapta com o incremento do novo aquilo que previamente era

sabido pelo próprio indivíduo agente da ação e/ou, por outrem que legou informações. Por isso é tão fundamental que existam condições diversas, quando se perde ou é suprimida uma dada variante cultural deixa-se de contar com os benefícios de uma possível contribuição de troca, com aquele câmbio que permutaria elementos considerados bons ou belos para indivíduos, comunidades, sociedades, nações e culturas, quando se acredita que tais fatores – ferramentas, informações e modos de “saber fazer” – contribuiriam para o desenvolvimento do “eu” e do “outro”, ou de povos em contato.

A noção abrangente de cultura, a forma como vive, se manifesta, se comunica, as atividade que realiza e produz; os valores com os quais se vê representado um indivíduo de uma dada comunidade, sociedade, nação ou país – de uma localidade, região, ou ainda em sua condição humana – é revelada pela antropologia cultural, mas segundo Ribeiro:

Tão ou mais importante do que procurar definir cultura [...] é estar atento para as diferenças que compõem o mosaico cultural internacional. A aceitação e o respeito por essa infinita gama de variedades (e a abertura total de visão que essa aceitação pressupõe) são absolutamente essenciais na condução de um trabalho mais eficaz de relação intercultural. Assim, não importaria tanto definir cultura – e sim sentir seus efeitos e estar aberto para suas múltiplas linguagens. Estar aberto, em certo sentido, para suas indefinições. (RIBEIRO, 2011, p.30-31).

A comunicação cultural com o exterior, através da política de difusão cultural, planejada em três níveis: a curto, médio e longo prazo, e pensada com objetivos amplos de reciprocidade, gera, por conseguinte, ao longo do tempo, retornos positivos tanto para quem investe como para aquele ao qual se destinam os recursos. A cooperação externa entre os países participantes acende maiores ganhos quanto mais espontâneos, naturalmente correspondente, estiverem os envolvidos, em certa medida isso decorre em longo prazo, envolve conhecer as realidades específicas da cultura do *outro*, planejar programas condizentes com aquele nicho cultural e nesse processo conhecer a *si* próprio; selecionar o que poderia representar a cultura nacional e, do mesmo modo, o que combinaria, interessaria ao outro, participativo da ação, com o qual se comunica.

Assim, paradoxalmente, nas relações culturais quanto maiores o benefício adquiridos na cooperação internacional, mais “invisíveis”, dissolvidos no tempo, estarão os resultados, no entanto, não significa que a diplomacia cultural não deva traçar seus objetivos, ao contrário, fala-se em planejamento e pensa-se em níveis de investimento-retorno como nas áreas:

[...] intercâmbio de pessoas; promoção da arte e dos artistas; ensino de língua, como veículo de valores; distribuição integrada de material de divulgação; apoio a projetos de cooperação intelectual; apoio a projetos de

cooperação técnica; integração e mutualidade na programação. (RIBEIRO, 2011, p.31)

O fator cultural é utilizado a fim de se criar e manter um canal dialógico de comunicação; é um elemento intermediário, facilitador das demais atividades sócio humanas. Essas preocupações – com o quê selecionar, por que, para quem e o que se pretende com essas ações – no trato de comunicar culturas demonstram o interesse de se apresentar ao mundo, conquistar um espaço próprio, se fazer e se sentir compreendido, e não apenas isso, apreender novos signos, incorporar conhecimentos, aprimorar-se e transformar a vida dos envolvidos para o bem viver comum. Um novo conceito de desenvolvimento planetário – utilizando expressões em voga para tal definição, um modelo de **desenvolvimento compartilhado** –, que, aos poucos, envolve a conscientização das partes em ligação com o todo, não a supressão do primeiro pelo segundo ou vice-versa, mas o despertar para a complexificação em malha, da interdependência das culturas em rede, ou ainda de que do desenvolvimento individual depende o desenvolvimento **coletivo articulado** e vice-versa.

No caso do Brasil, além de uma redefinição política que possibilite revalorizar o assunto, torna-se necessário iniciar um esforço de integração entre os diversos (e muitas vezes isolados) segmentos da sociedade brasileira que se dedicam a viver mais intimamente a cultura brasileira: intelectuais, artistas, produtores, professores, críticos, divulgadores e funcionários da administração pública. É provável que desse intercâmbio surjam subsídios que permitam definir com maior precisão o que levar ao exterior como realmente representativo da cultura e realidade brasileiras (RIBEIRO, 2011, p.32).

As relações culturais internacionais, que se tratam da compreensão e aproximação entre povos e **instituições em proveito mútuo**, diferem da **diplomacia cultural**, a qual utiliza a relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica. Pode-se observar que essa última permanece interligada diretamente com os objetivos da **política externa**. E esta, por sua vez, utiliza o fator cultural, presente em cada uma dessas categorias conceituais, para traçar e planejar programas de comunicação cultural com objetivos mais amplos – o que acontece em menor medida de previsibilidade no domínio da diplomacia cultural – nos quais, a possibilidade de delinear diretrizes e alcançar certa previsibilidade de resultados desejados é maior, sendo possível se tratar de um cálculo estratégico, enquanto, no campo das relações culturais internacionais não é possível quantificar os benefícios, já que eles ficam “dissolvidos” no tempo, e suas potencialidades multilaterais agem de forma indireta, a ação cultural é mais lenta e, no entanto, mais duradoura, os incentivos estão mais próximos de um relacionamento espontâneo.

Ao contrário de outros mecanismos que compõem o universo da política externa dos países – no campo da promoção comercial ou da cooperação técnica, por exemplo –, o trabalho na área cultural é de certa forma invisível, na medida em que só rende frutos em muito longo prazo. O que o relacionamento cultural permite é o estabelecimento de uma atmosfera favorável ao entendimento – uma abstração mais do que uma realidade concreta.

[...]

O intercâmbio cultural, na medida em que possibilita a transferência de um povo a outro de experiências, idéias e patrimônios valiosos, prolonga, enraíza, consolida e preserva uma atmosfera que favorece o entendimento. Além de contribuir para minimizar julgamentos por estereótipos, esse processo de transferência em geral reforça sentimentos pacíficos pela própria idéia da universalidade do patrimônio cultural e artístico. Assim, por mais singela que possa ser uma determinada manifestação cultural de um país em outro, por modestos que sejam os eventuais mecanismos de cooperação intelectual, esses momentos sempre reforçarão certo grau de comunhão, contribuindo para a aproximação de povos e culturas. (RIBEIRO, 2011, p.34, 35).

Os Estados paulatinamente incorporam às suas políticas governamentais a óptica da política cultural, tal tendência se comprova na elaboração da agenda da política externa, uma vez que, os Ministérios envolvidos visam práticas e métodos de trabalho específicos a cada realidade assistida, no limite, eles diversificam os mecanismos de difusão cultural, adaptáveis as realidades dos países envolvidos, correspondendo aos interesses das respectivas políticas externas. Como se tenta frisar, essa compreensão da importância de sensibilizar os domínios da diplomacia internacional através do alargamento da esfera cultural, apresenta:

[...] um dos aparentes paradoxos dessa disciplina: quanto menos visíveis os objetos, melhores as perspectivas de uma política cultural. A falta de entendimento dessa premissa básica – e o afã em obter resultados de caráter imediatista – quase sempre estiveram na raiz do fracasso das programações culturais improvisadas em laboratórios burocráticos. (RIBEIRO, 2011, p.36).

Investir, através de recursos humanos e insumos materiais, em programações culturais no planejamento das políticas externas significa fazer uso de bens culturais palpáveis – em sua maioria, como a literatura, a arquitetura, as artes plásticas, a dança, o teatro, a música, o cinema, a fotografia, entre outras expressões e manifestações culturais materiais ou imateriais – os quais refletirão indiretamente as consequências de sua utilização, ou seja, devido à capacidade de sensibilizar ao novo, às diferentes formas de pensar e agir, aproximam culturas e reduzem tensões diplomáticas, facilitando a movimentação dentre outros campos próximos com o político, econômico e militar.

Residem nesses arranjos riscos e sedução ao se propagandear culturas, ao se manipular seus desdobramentos que perpassam aqueles campos sociais, quando não houve um cuidado no trato do poder; visto de outro ângulo, países em situação semelhante de

desenvolvimento chegam a um determinado consenso quando as contribuições trocadas compartilham valores aproximados. Os efeitos negativos das influências culturais foram, então minimizados, já que houve tempo suficiente para estabelecer o fluxo cultural e (re)planejar políticas culturais.

A dimensão da esfera cultural, portanto, não ignora a existência do mercado e seu poder interventor, do contrário seria ingenuidade ou a subestimação das relações culturais e sua capacidade de influenciar decisões político-econômicas. As atividades culturais inserem o plano comercial, participam do diálogo contextual ao despertar a atenção para as qualidades de cada sociedade, pois não são vendidos apenas produtos, mas ideias e conceitos, ou ainda a “capacidade formadora de hábitos e costumes” (RIBEIRO, 2011, p.39). Governos e indústrias, bem como os setores produtivos e de oferta de serviços, concorrem internacionalmente para facilitar a circulação e a venda de seus produtos – entendidos, aqui, não somente como bens materiais, mas como a projeção externa de realidades culturais. A difusão cultural, nos moldes da **diplomacia cultural**, no limite, faz o intercâmbio cultural a fim de influenciar escolhas também comerciais, de promover a confiança entre as partes envolvidas, de fazer concessões de preço e qualidade dependendo das condições dos mercados participantes; em síntese, atua de maneira convergente, a favor, de projetos multidisciplinares: “uma coordenação cultura/comércio pode e deve ser levada a efeito, se entendida como um reforço de integração de diversos elementos de uma só nacionalidade” (RIBEIRO, 2011, p.41).

A oferta de cooperação técnica, associada à projeção de valores culturais ao exterior, visa a coexistência de modelos diversos de desenvolvimento condizentes com as realidades e necessidades de cada país, e busca amenizar as concorrências com a redução das barreiras protecionistas. O apoio cultural deve buscar formas de desenvolvimento para diferentes núcleos (local, regional, nacional e internacional) associados e articulados a um tipo abrangente de desenvolvimento, mais complexo e atento ao fator cultural das relações humanas.

Uma vez que a diplomacia cultural aparelha as ferramentas da política externa, tornando-a mais qualificada nessa empreitada, podendo auxiliar as políticas nacionais à abrir espaço ao encontro de afinidades. Seu “carro-chefe”, a cultura, projetada pelas multidisciplinaridades envolvidas, elevaria o grau de confiança entre as partes, quando nesse relacionamento atenta-se ao reconhecimento valorativo e a condição mínima de respeito. O papel mediador da diplomacia cultural busca facilitar os objetivos da política externa; sendo que a diplomacia cultural não se detém apenas em seu nicho cultural, abrange uma gama

variada de fatos sociais, políticos, econômicos, comerciais, financeiros, etc. “É a cultura que confere, ou deveria conferir, um sentido mais amplo a todos esses objetivos, assegurando-lhes credibilidade e permanência” (RIBEIRO, 2011, p.43).

Garantir a presença internacional brasileira depende diretamente do planejamento na implementação de programas culturais, bem mais do que – do ponto de vista desta análise – diversificar o campo de produção nacional, não que este ponto não necessite de investimentos fundamentais, mas se trata de montar um plano de ação com base na análise dos fatos que se detém inicialmente, para depois incentivar novos domínios da cultura. Não se ignora que exista um gargalo orçamentário e que na nomenclatura de país em desenvolvimento constam a modernização e a passagem pelas fases de urbanização, tornando-se industrial, mas predominantemente se mantendo as diretrizes de país agrário-exportador, e, por certo, isso também limita a presença externa nacional.

Além disso, como priorizar a divulgação cultural quando internamente tem-se que lidar com problemas de cunho social, reduzir contrastes e contradições domésticas e, simultaneamente, manter a presença e incentivar o aumento das parcerias internacionais? A complexificação do cenário internacional obriga o país a lidar com esses desafios problematizados de maneira articulada e correlacional. Todavia, a extroversão cultural, a comunicação social naturalizada – aqui enfatizada exaustivamente pelo incentivo à difusão/projeção cultural – destina recursos humanos e financeiros ao apoio internacional, principalmente aos países vizinhos ou em situação semelhante de desenvolvimento; recursos esses que quando bem aplicados, planejados e condizentes com as realidades específicas de cada país envolvido, refletem os investimentos aplicados, ou seja, multiplicam os ganhos sociais, assim, evidencia-se que o desenvolvimento político-econômico e sociocultural de um determinado país depende, conjuntamente, do desenvolvimento dos seus parceiros.

Multiplicar os pontos de contato para tornar mais abrangente a presença brasileira no cenário internacional, desenvolvendo melhor relacionamento cultural entre os países, eleva a densidade do diálogo da política externa e, “com efeito, o trabalho cultural preenche uma função aglutinadora, que nenhum outro componente de nosso instrumento diplomático, tomado isoladamente ou em conjunto, poderia preencher” (RIBEIRO, 2011, p.46).

A relação cultural – ainda mais abrangente que a diplomacia cultural – transcende a atuação dos governos através da formação de canais próprios, entretanto é de suma importância o direcionamento da diplomacia cultural em dupla perspectiva: a espontânea e aquela incentivadas pelos Estados, para obter recursos. Uma vez que a aposta cultural responde sem nitidez, as transformações acontecem em longo prazo de modo tão sutil que os

benefícios gerados pela reciprocidade ficam dissolvidos no meio social. Assim sendo, reafirmar a importância da diplomacia cultural, incentivando o debate sobre o assunto, possibilita a percepção de algumas transformações ocorridas nesse campo e a revisão das questões prioritárias – quando e como destinar verbas, quais as áreas devem ser atendidas –, lembrando que as políticas públicas de melhoria das condições sociais em cada Estado também dependem de recursos externos, bem como destinar investimentos ao exterior possibilita esse repasse.

Trata-se de, ainda que de maneira simplificada, enfatizar a articulação entre as políticas internas e externas de um país e, pela visão horizontal coordenada, busca-se com a diplomacia cultural priorizar o planejamento dos projetos culturais de maneira integrada e ampla, em que seja possível aplicar novas alternativas e manter o contato internacional, ligando instituições públicas e privadas, agências nacionais e internacionais, sociedades civis e governos à participação de modo colaborativo. Como tais iniciativas se apresentam abstratas, mesmo com o desenrolar conceitual da diplomacia cultural e, ainda assim recente, com o aumento da utilização da dimensão cultural nas relações internacionais nas últimas décadas do século XX e início deste século, os países são direcionados a refletir sobre as realidades culturais internas, necessitam, antes de qualquer coisa, criar canais internos permanentes de comunicação, fóruns culturais, setores sociais que possuam autonomia para pressionar seus governos, acompanhar a elaboração de políticas pública e assim melhorar a qualidade da cultura política de um país, no limite, política cultural e cultura política são setores distintos, mas diretamente dependentes.

No Brasil falta “confiança na capacidade dos fatores culturais em valorizar nossa política externa como um todo” (RIBEIRO, 2011, p.49), mas desde 1987, com o Ajuste Tripartite entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e da Cultura (MRE, MINC, MEC), a perspectiva cultural vem ganhando força (vide os novos planos de incentivo a cultura de 2006, as parcerias entre os programas, a concepção dos programas Cultura Viva e Pontos de Cultura, a reformulação da Lei Rouanet), a questão do planejamento passa a ser assistido com abrangência, pois se esta buscando respostas para superar o dilema de como lidar com a escassez de recursos de modo que o planejamento cultural não se torne um tipo de “contabilidade cultural” (RIBEIRO, 2011, p.48), afinal, de nada adiantaria angariar verbas para a difusão cultural se os valores nacionais não forem representativos da própria diversidade nacional. Como fazer? **“O que divulgar? Por quê? Onde? Com que frequência?”** (RIBEIRO, 2011, p.48, grifo do autor).

A concentração de recursos (humanos e orçamentários), em realidades regionais e políticas próximas a situação brasileira, abrange questões mais urgentes, países em situação semelhante possuem mais êxito de barganhar nas trocas internacionais, do que países em grau socioeconômico distinto, no entanto, outras realidades são igualmente importantes, pois deixar de atuar em terrenos pouco conhecidos limitaria a projeção do Brasil, mesmo que o planejamento cultural tenha de avaliar questões de prioridades socioculturais complementares, ele não deve sobrepujar seu plano a um modelo único de abrangência, revisões periódicas da conjuntura o auxiliariam a retraçar seus objetivos.

Cada mundo possui sua respectiva realidade e suas diferenças de interesses para o Brasil. Se o terceiro mundo constitui área natural de afirmação da presença brasileira, o primeiro mundo ainda concentra nossos principais mercados, para não falar de nossos centros de captação de recursos e tecnologia. É lá que devemos negociar nossa dívida externa, ou encontrar meios de romper os ciclos viciosos em que nos encontramos, que vão da dependência tecnológica às guerras tarifárias que tanto afetam nossas exportações. É lá, sobretudo, que devemos procurar neutralizar todo tipo de visão estereotipada de que ainda somos com frequência objeto. E a diplomacia cultural pode participar dos esforços para lograr esses objetivos. (RIBEIRO, 2011, p.49.)

Desde a última década do século XX, e mais intensamente na contemporaneidade, a importância das relações culturais vem sendo reconhecida como fonte essencial para aproximação entre povos e o desenvolvimento das relações internacionais, por enquanto, alude-se à “economia criativa”, ou ainda melhor, pensa-se o desenvolvimento socioeconômico de maneira integrada, diferente da globalização econômica de caráter financeiro especulativo. A integração via cooperação internacional não deve se reduzir a esfera da economia, o incremento do social é antes de tudo, nessa análise, interessado na diversidade dos fatores socioculturais envolvidos.

A percepção mais abrangente das relações internacionais, transversalmente dando enfoque às atividades culturais, extrapolando o domínio das relações diplomáticas e político-econômicas, para além de promover as identidades culturais e reconhecer as minorias sociais, o fator cultural defendido almeja desenvolver aquela ideia, há muito tempo velha, mas nem um pouco caduca, de humanidade social.

A relevância do elemento cultural nas relações internacionais se auto-justifica uma vez que “boa parte dos conflitos internacionais decorreriam de tensões de origem cultural”, como arranja Ribeiro (2011, p.45), uma questão de precedência que se fosse devidamente atendida poderia evitar inúmeros conflitos regionais, crises de cunho político-econômico e social, sem contar os gastos desnecessários com segurança e controle militar; assim, principalmente em

relação aos países em desenvolvimento, haveria maiores condições de se prevenir daquelas pressões internacionais, de interferências neoliberais, as quais seguem a “lógica” do corte orçamentário aos setores de investimento em políticas públicas para “correção” dos mercados.

Interessa observar novamente que algumas das causas dos conflitos procedem do ranço da descolonização efetuada de maneira arbitrária, no período posterior a Segunda Guerra Mundial e mais adiante no Pós-Guerra Fria, ou seja, sem se importar com as tradições culturais provenientes de vários povos, territórios foram esquadrinhados e traçados pelo viés propagandeado no mundo moderno ocidental.

Assim, contra o pano de fundo da guerra, a cooperação cultural tangenciava a propaganda, era percebida como um elemento corretivo de imagem ou, mais dramaticamente, como uma arma decisiva na hipótese de um futuro conflito. De arma decisiva em um conflito, a cooperação cultural iria evoluir, [...], para a condição de instrumento de preservação da paz e enriquecimento da comunidade internacional. Essa mudança de ênfase, por sua vez, naturalmente refletiu todo um processo de gradual distensão e redução de atividades xenófobas.

E continua:

[...] o extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação verificado a partir da segunda metade do século XX veio a permitir a intensificação de contatos entre povos distintos, bem como a troca de ideias e estudos sobre culturas variadas, contribuindo para a percepção de que a diversidade pode constituir uma fonte de riquezas, em vez de uma razão para defesas. (RIBEIRO, 2011, pág. 53).

Conforme ensina Edgard Telles Ribeiro, utilizando das colocações de Marcel Merle, as relações internacionais diversificaram seu campo de visão; trataram inicialmente dos fatores políticos e da competição entre os Estados; em períodos de crise enfatizaram os fatores econômicos e os meios de produção; ora destacaram fatores comunicacionais, ora enalteceram a revolução tecnológica e suas conseqüentes alterações nos modos de vida das populações, que passaram a agir seguindo padrões ocidentais generalizadores dos estilos de vida.

Além disso, conforme ocorre desde as derradeiras décadas, as relações internacionais tendem a valorizar a interdependência entre os países numa outra linguagem, na perspectiva do fator cultural integrado com os demais fatores relacionais, ou motivos internacionais. Boa parte desse encaminhamento foi incentivado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na busca pelos entendimentos multilaterais, seus programas modelos são “responsáveis por um melhor grau de conhecimento das diferenças mútuas entre povos e nações” (RIBEIRO, 2011, pág. 53), os esforços são no sentido de alertar contra a indiferença cultural e a negligência para assuntos de interesse mundial.

A ideologização do poder utiliza como sua principal ferramenta os meios de comunicação de massa, os quais colocam em promoção modelos ideais de estilos de vida específicos de uma dada cultura, esses, por sua vez, camuflam as diferenças sociais, possíveis fontes de tensões – inerentes, mesmo das transformações sociais –, e ilusoriamente criam uma atmosfera de coesão social; como se o “choque cultural” não participasse da realidade social, a aculturação passiva – importada sem as adaptações necessária as realidades nativas, ou mesmo internamente, quando uma classe ou grupo impõe seus valores aos demais sem uma avaliação crítica – desvaloriza o que é próprio da estima regional: suas tradições/costumes e manifestações/expressões culturais.

A segunda metade do século XX é característica de um movimento de unificação cultural do mundo todo desencadeado pela revolução tecnológica, que aumenta os focos de pressão cultural e as contradições extrapolam os sistemas próprios de valores. A elevação do nível natural de tensão (conflitos sociais) é provocada pela conjuntura histórica da política econômica, quando os países buscam, por vezes a custo de arriscar suas representações culturais, medidas modernizadoras que os garantam a concorrência no mercado internacional. Consta também desse período a aprendizagem ao se atender as relações culturais no trato diplomático, em que se viu a “transformação da cultura em produto cultural” (RIBEIRO, 2011, pág. 55) e a crítica ao pronto consumo cultural por parte de seus receptores, contudo, existindo o desafio de “atenuar ou disfarçar essa verdadeira invasão silenciosa” (RIBEIRO, 2011, pág. 56).

A chamada de alerta, sobre o quanto se sabe sobre a própria cultura, se revela pela atenção às programações culturais, tais obras podem levar ao exame das questões de interesse nacional, à análise das bases de formação sociocultural, de constituição sociopolítica. E quanto maior as compreensões neste sentido, mais capacitados estarão os sujeitos políticos para lidar com futuros problemas da ordem social, os mesmos estarão habilitados a medir escolhas, a discernir na montagem sobre as questões envoltas à articulação entre a política interna e a política externa. Tendo em vista a dimensão investigativa da cultura, sobre o que é característica “nossa” e o que caracteriza o “outro”, com o qual se relaciona, a cooperação internacional adquire extensão real e densidade conceitual, ela assegura, pelo menos no incentivo da tese, o pluralismo do direito internacional, ou seja, as partes envolvidas buscariam o reconhecimento e o respeito mútuo de suas leis e costumes.

[...] Mitchell defende o princípio de que – consideradas as crescentes características de interdependência do universo cultural contemporâneo – qualquer esforço mais significativo de difusão cultural somente produz frutos se estiver centrado no conceito da mutualidade”. Continuando “o

princípio da reciprocidade deveria contribuir para legitimar a credibilidade dos programas oferecidos, reforçando um indispensável clima de confiança mútua.” (RIBEIRO, 2011, p.59).

Edgard Telles Ribeiro cita os estudos da UNESCO e o pensamento de autores em defesa da diplomacia cultural, como FSC Northrop e JM Mitchell, para eles o objetivo das relações culturais internacionais é ajudar as diferentes culturas do mundo a se perceberem mutuamente – “a cultura é um veículo para a consecução de objetivos que transcendem em muito a mera manipulação dos jogos de influência” (RIBEIRO, 2011, p.58). A compreensão recíproca é conquistada pela manutenção do contato cultural entre diferentes ao longo do processo-tempo, ela demanda adaptações relacionais e concessões lado a lado, um planejamento cultural adequado às realidades privilegia, por conseguinte, esse mecanismo de aproximação entre povos. Não se trata de idealismo, tão pouco altruísmo, mas sim uma convicção de que os largos investimentos em relações culturais proporcionam aproximações e cooperações mais efetivas e duradouras ao desenvolvimento comum/compartilhado.

No plano regional ou internacional, a cooperação cultural constitui poderoso esteio na luta pela compreensão mútua dentro do respeito à diversidade – única maneira válida de melhorar as relações entre povos e governos.

No plano bilateral, um país só tende a se fortalecer se projetar com firmeza seus valores – e se abrir para os de seu vizinho. Sem expectativas de retorno para o investimento realizado.

[...] Contudo, no caso mais específico dos mecanismos de ação, torna-se necessário voltar às distinções entre relações culturais internacionais e diplomacia cultural, termos que, por descreverem níveis de inter-relação cultural praticados entre Estados, ou seus membros, são frequentemente utilizados como sinônimos.

A esse respeito, Mitchell defende a idéia de que os Estados podem exercer uma diplomacia cultural que possua objetivos concretos definidos e áreas de “retorno” mais visíveis – desde que não gritantemente óbvias. Mas deveriam igualmente esforçar-se por estimular, de maneira mais ampla (ainda que indireta), a criação de mecanismos culturais fora desses parâmetros restritivos e imediatistas. (RIBEIRO, 2011, p.62).

As relações culturais internacionais sejam elas de cunho acadêmico, diplomático ou socialmente espontâneo, dependem das diretrizes tomadas pelos Estados, de apoio claro ou velado, para transitar recursos de uma sociedade a outra. Conciliar a perspectiva da reciprocidade e as necessidades mais imediatas nas agendas nacionais impostas por suas realidades burocráticas é o desafio dos Estados na atualidade; a abstração do tempo problematiza a questão custo-benefício, sua mensuração, ainda que possível, envolve a passagem de vários turnos de governo, o que complica ainda mais a tarefa do Estado – de mediar conflitos e esclarecer contradições – no exercício da diplomacia.

Os planos da política externa de incentivo à extroversão cultural devem refletir as práticas da política interna e, no caminho inverso, contribuir com exemplos trazidos do

estrangeiro que possam ser adaptados às realidades. Se o sentido da articulação política caminha pelo fluxo da via dupla, só se poderia comunicar externamente aquilo que antes compete aos países divulgar e investir internamente, a fim de que os mesmos representantes de uma dada cultura avaliem, filtrem, o que seria “digno” de seleção (e em certa medida toda manifestação cultural é digna de representação) para a sua própria representação cultural no exterior, para que os povos, os maiores interessados no relacionamento cultural, possam usufruir dos futuros benefícios do intercâmbio cultural.

Sobre a interdependência na rede internacional:

[...] as relações entre Estado e cultura apresentam uma dimensão adicional de mútua dependência: de um lado cabe aos governos viabilizar a maior parcela dos custos dos programas culturais. De outro, o Estado depende visceralmente de todo tipo de subsídios culturais para sua sobrevivência. (RIBEIRO, 2011, p.63).

A política interna nacional está associada aos subsídios culturais internacionais. O Estado, o governo federal e o setor privado estão ligados pelas múltiplas agências que interferem no gerenciamento dos projetos culturais, essas parcerias tornam-se mais vitais para gerir os custos com a manutenção dos centros culturais, por exemplo: “investimentos com pessoal, viabilização de projetos e material de divulgação.” (RIBEIRO, 2011, p.64).

O desenvolvimento da comunidade internacional espontânea e a ascensão de novas demandas por organizações não governamentais (ONGs) chegam, ao socorro dos efeitos adversos da participação estatal no financiamento das atividades culturais, por vezes encarada contra produtiva, embora, na prática a atuação governamental é aceita e reclamada nas disputas internas por representação.

No Brasil, o apoio às instituições criadas e mantidas pela indústria, pelo comércio e pelos subsídios do governo, oferecendo serviços de amparo social (como o SESC/ SESI/ SENAC), não pode ser menosprezado, como também essas instituições não podem passar sem uma normatização especial, própria de suas responsabilidades. Já sobre a política interna de incentivo a cultura – dá criação do ministério da Cultura e elaboração da antiga Lei Sarney, do final dos anos 80, “que dispõe de benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operação de caráter cultural ou artístico” (RIBEIRO, 2011, p.63), hoje reformulada como Lei Rouanet – o desafio, ainda hoje, é confiar investimentos à projeção cultural do país no exterior e, ainda mais problemático, é o fato do Brasil não contar com uma tradição político-cultural que se preocupe em garantir crescentes recursos domésticos para seu próprio desenvolvimento político-cultural interno, numa escala que se refletiria em benefícios sociais.

Garantir recursos e lutar contra a já histórica escassez factual de investimentos, devido à condição de país em desenvolvimento, ainda é uma questão que nos amarra sem dúvida, contudo, nos últimos anos o país galgou uma melhor posição econômica. Então, se na atualidade muitas das amarras nacionais, sobretudo as subsidiais, se afrouxaram o que faltaria ao país para garantir maiores recursos à promoção do desenvolvimento cultural? Tradição, confiança e estímulo, ou o ponto de gargalo estaria retido no planejamento, na elaboração das propostas e projetos culturais, bem como na sua execução?

Talvez a combinação dos fatores planejamento e investimento. Mas tão complexo quanto, é a gestão cultural. Para gerir o que por natureza não se enquadra em padrões de normatização observáveis e concretamente justificáveis na prestação de contas, é preciso haver uma exigência especial de responsabilidades e de mínimo controle, sem garantias de prazos quantificáveis, mas possíveis de serem avaliados e compreendidos conforme sua aplicação temporal estendida e continuada progressivamente.

Se a riqueza cultural de um país é o resultado de uma infinita quantidade de programas bem sucedidos, que permitem ao Estado consolidar aos poucos os objetivos mais amplos de sua política cultural – democratização da cultura, desenvolvimento da comunicação, busca da identidade cultural, promoção dos valores culturais, defesa do patrimônio, ou estímulo às atividades culturais –, os objetivos da política cultural externa, [...], deveriam consistir na projeção internacional desses valores, com vistas não somente à consecução de seus objetivos nacionais, mas também ao aprimoramento das relações internacionais. (RIBEIRO, 2011, p. 66).

Propagar cultura de um povo a outro na tentativa de aproximação, posteriormente com a criação de vínculos e com a efetivação de trocas sociais, não é em absoluto uma ideia nova, remonta a constituição das sociedades, paulatinamente – do renascimento científico e a existência do mecenato, da idade moderna ao pensamento iluminista, da formação dos Estados nacionais e a “Era dos museus” do século XIX, chega-se ao século XX, das disputas ideológicas e político-econômicas e das rápidas transformações sociais – a constituição de um campo cultural internacional, propriamente dito, vai sendo elaborado e compreendido como mecanismo de comunicação e valorização de identidades. Os avanços técnicos permitem o aumento das ações de extroversão cultural e desenvolvimento de seus projetos, mas a compreensão da dimensão cultural, do seu poder de influenciar e comunicar valores e de que ela pode ser mais eficiente que intervenções políticas e militares, só é adquirida na contemporaneidade das últimas décadas.

A França foi quem primeiro atrelou a política externa ao campo da cultural, com a criação de uma divisão especialmente voltada a esse fim, comprometeu-se além de suas fronteiras a investir em tal área, também influenciou outros países a difundir presenças e a

disponham de recursos em benefício internacional. A tradição francesa tendeu a vinculação direta logo após a segunda grande guerra e, a partir dos anos 60 com as movimentações sociais, alavancou o elemento cultural ao mundo da diplomacia política. Já nos anos 80, reafirmou seu compromisso com a divulgação de sua cultura e a consecução de auxílios a programas externos, enfatizando as recomendações elaboradas no relatório Rigaud, o qual estabeleceu diretrizes para a atuação cultural externa francesa, sendo assim, a principal destinação orçamentária aos recursos culturais no referido Ministério englobou objetivos culturais gerais, o que significa largos investimentos em ciência e tecnologia, bem como um programa cultural estendido, com elevado grau de eficiência no planejamento e apoio de suas bases: ensino, pesquisa, extensão e publicação de conhecimentos.

De fato, hoje, em uma escala que necessariamente varia em função do peso regional ou internacional de cada país, virtualmente todos os governos dedicam uma parcela de recursos humanos e financeiros à tarefa de projetar seus valores culturais além de suas fronteiras. (RIBEIRO, 2011, p.68).

Considerou-se, aqui, que a década de 1960 é a “divisora de águas”, depois dela seria impossível separar cultura e política, porque, os indivíduos, movimentaram-se para protestar contra seus governos autoritários, para burlar os censores a fim de organizar verdadeiros saraus de conscientização e divulgação dos abusos ditatoriais para as sociedades do mundo; vislumbraram, com isso, sua força de mobilização contra ações impostas, mas acabaram ludibriados pelas promessas do capital, talvez porque a grande massa das populações ainda não foi sensibilizada ao seu próprio poder cultural. No entanto, a cultura, entendida para além dos padrões da educação formal, capacita os indivíduos ao olhar crítico, ao domínio de si sem tutela, aumenta a percepção que envolve as questões cotidianas com as problemáticas mundanas; não é um item de ilustração ou “perfumaria”, mas um elemento mediador necessário à politização dos sujeitos sociais.

Adianta-se que ao tratar das crises cíclicas do capital, da insatisfação com o modelo vigente financeiro, da especulação econômica, dos juros bancários, e todos os reflexos sociais negativos; que a “saída” para o desenvolvimento não é econômico, que esse tipo de crescimento como está implantado não dá conta de atender todas as “bocas” sociais. Em síntese, mesmo pela via das economias ditas criativas e sustentáveis, a “saída” não será econômica, não se pode acreditar em algo que se demonstra economicamente inviável, socialmente injusto e ambientalmente incorreto, pois não alerta para a própria degeneração cultural e para a situação de consumo irracional, apenas remedia a escassez de recursos.

Quando se referiu a uma “saída cultural” falou-se que a sobrevivência da humanidade dependerá da transformação de mentes e de corações, muito mais do que do aumento da

capacidade de compra de uma dada sociedade. As sociedades estão fatigadas pelas desigualdades, pois a solidariedade ficou restrita às campanhas de fraternidade; o conceito de solidariedade durkheimiano, de solidez social, não diz respeito aos integrantes das sociedades; uma vez que, lutou-se pelos ideais republicanos de liberdade e igualdade, mas a carência do envolvimento ético-cultural entre os povos os restringiu em sua libertinagem econômica, irresponsabilidade de expressão e justeza-padrão universalizada. Entretanto, a resposta da cultura vem com a mobilização política afinada aos esforços coletivos e ao compartilhar de ideias; senão, o que resta aos sujeitos fora à agitação cultural pura e simples?

As relações culturais, interna e externamente, são intensificadas pela aceleração das comunicações, como dito, da segunda metade do século XX ao início do século XXI, a troca de informações facilita o contato com as diversidades culturais, enriquecendo o processo de desenvolvimento valorativo. Com o advento da *internet*, e um número maior de pessoas acessando a rede virtual, surgem novas maneiras de comportamento social, o compartilhar de informações, por exemplo, foge a formação dos censores tradicionais da grande mídia comercial, televisiva e radiofônica; a busca por informação em fontes diversificadas e a necessidade de estar em contato, ainda que virtual, com outras pessoas indicam a constituição e um novo tipo de civilização, mas, sendo assim, questiona-se: que tipo de civilização se pretende?

Todavia, dando-se sequência a análise, os países apresentam desenvolvimentos distintos e traçados históricos de política externa específicos, portanto, da elaboração e aplicabilidade de métodos associados à diplomacia cultural também denotam necessidades e realidades específicas, onde a participação das chancelarias, dos ministérios de governos, requer uma análise de seu grau de coordenação entre os diversos órgãos envolvidos, ou ainda, do “nível de produção, planejamento e controle de atividades específicas”(RIBEIRO, 2011, p.68), a saber, se devem ou não continuar presentes, com seus programas culturais, em uma dada região internacional.

Há essencialmente dois tipos de programas distintos, mas paralelamente correlacionados, um vinculado aos planos de governo, geralmente propagandeados pela grande mídia, e outros de natureza cultural abrangente, das expressões sutis de valores, as quais possuem formas estáveis de divulgação espontânea, como por exemplo, a literatura, o audiovisual, as artes gráficas e plásticas. Entretanto, ambas as elaborações programáticas sofrem influência de dois tipos conceituais de política, a de informação, ainda que, mais articulada às seções da política externa governamental e suas defesas, e a cultural, ligada à

comunicação cultural de uma sociedade, de base intra e internacionais, trata dos objetivos de uma dada sociedade, mas extrapola seus limites.

As medidas adotadas pelos Estados sob a óptica das relações culturais internacionais não segue, portanto, uma padronização de métodos aplicáveis à diplomacia cultural como conceito, uma vez que as realidades nacionais são múltiplas, a destinação de maiores recursos orçamentários à esfera da cultura passa pela avaliação, pelo reconhecimento multicultural e a forma como essa consideração se dá nas localidades regionais próprias, disto depende qual o tipo de entrosamento existe entre as populações, os setores sociais, as empresas, as instituições, as agências, os ministérios e os governos de um dado país. A insistência no fator cultural e na filosofia da mutualidade do desenvolvimento social atende à busca por maiores incentivos e subsídios governamentais, na percepção das vantagens atreladas ao incremento das relações culturais, assim, para equilibrar as pressões governamentais, por prestígio e força de influência, avaliações devem ser feitas no sentido da “divisão de responsabilidades” e a quem cabe o papel de comunicar representações culturais, de fazer política e assumir o compromisso de politização cultural.

A eficiência das cooperações, o aumento do número de parcerias em projetos internacionais, cresce segundo a proximidade articulada nos dois planos, o interno e o externo; e é inevitável que tais colaborações contenham traços de propaganda cultural nacional e/ou regional, para que a própria dinâmica seja bem sucedida esses elementos são vinculados ao processo, a final de contas, quando os maiores interessados na ação, os receptores dos investimentos culturais, avaliam com admiração certa obra de outra cultura, qual o problema de “copiar”, de trazer os novos conceitos para as suas realidades e adaptá-los, considerando-os como uma ferramenta a mais ao seu desenvolvimento?

Mas se as tradições nacionalistas (na lógica dos comunicadores da ação) atrapalham essa elaboração na política cultural, interferem mesmo no *lócus* da não-política, ou seja, a “batalha de ideologias” age na interferência direta, quando os governos sobrepõem os objetivos de sua política externa acima das intenções sociais, dos interesses do campo cultural; dito de outra forma, as consequências indiretas dessa “guerra cultural” vão além da propaganda (das suposições de **dar a eles o que eles desejam**), ao invés de estimularem as trocas e a tolerância intercultural, ressurgem conservadorismos e extremismos políticos, as relações culturais (que deveriam auxiliá-los na conclusão de melhorias sociais de ambos os lados) ficam “vendidas” ao partidarismo, aos particularismos imediatistas.

Sobre a tradição das teorias europeias no campo do relacionamento cultural: “Esse trabalho, centrado em objetivos deliberadamente genéricos de cooperação e respeito mútuo,

deveria sempre que possível dissociar-se de conotações objetivas materiais – e, com mais razão ainda, de mensagens ideológicas mais evidentes” (RIBEIRO, 2011, p.83). As práticas mais próximas da espontaneidade e, portanto, com “objetivos de maior longo prazo”, planejadas com continuidade pelos governos, são as maiores responsáveis no estímulo aos agentes sociais, os quais se sentem mais entusiasmados a participarem da elaboração das propostas e programas culturais voltados à divulgação cultural.

O apoio governamental também é característico do “grau de envolvimento” das Chancelarias, e dos entrosamentos destas com seus Ministérios, agências e entidades culturais, constituindo fisicamente uma “infraestrutura ampla e variada” (RIBEIRO, 2011, p.84). Nos Estados, independente das relações que existam entre a cultura, compreendida de maneira ampla, e as Chancelarias, em geral; todos tratam nas relações culturais internacionais da vinculação entre cultura e os objetivos de suas políticas externas, porém com distintas categorizações de controle em seus programas,

[...], a presença das Chancelarias se faz sentir nas três categorias mais genéricas em que se dividem as nações atuantes no campo das relações culturais internacionais, conforme agrupamento sugerido por J. M. Mitchel. Um primeiro grupo seria caracterizado por relações controladas pelo governo, através de Ministério ou outro órgão. [...] Um segundo grupo teria optado pelo predomínio de agências autônomas não governamentais, [...] nesse caso, o governo financia os programas por intermédio de um Ministério (em geral Relações Exteriores), mas delega à outra entidade as decisões de substância. Um terceiro e último grupo, denominado grupo misto, uniria as duas filosofias, na medida em que o governo retém o controle financeiro e substantivo, mas contrata agências não governamentais para realizar os programas sob sua coordenação. (RIBEIRO, 2011, p 84-85).

O Brasil, como a maioria dos países em desenvolvimento, pertence à categoria das **relações culturais controladas pelo governo**, em que “o Itamaraty administra a difusão cultural no exterior, mas não exerce influência substantiva junto às entidades que cuidam internamente do assunto” (RIBEIRO, 2011, p.85).

O país já demonstrou capacidade político-administrativa na conquista de sua autonomia de Estado-nação, e com a maturidade pretendida com a democratização governamental fez-se ouvir, adquiriu credibilidade e atenção internacional. A atuação diplomática brasileira das últimas décadas vem abrindo espaço para a representação e participação ativa dos países em desenvolvimento no cenário internacional. Contudo, o país ainda carece de contingentes efetivos de investimentos no setor cultural de projeção externa, que em longo prazo refletiria no desenvolvimento mesmo do respectivo setor e de outros internamente. Então, dar garantias, a relevante efetivação da difusão e intercâmbio culturais, depende da aplicação ampla e contínua “de mecanismos horizontais de coordenação com

órgãos federais e estaduais de cultura” (RIBEIRO, 2011, p.85), o diálogo em diferentes frentes possibilita a revisão das prioridades de governo e de sua política externa, e, portanto, a inclusão de outras demandas e a consistência de uma pauta cultural atuante.

A busca aplicada às novas “alternativas adicionais de difusão cultural no exterior” (RIBEIRO, 2011, p.85), incentiva ainda mais aquela relação, já aproximada, entre o Ministério das Relações Exteriores e o campo do comércio, das trocas político-comerciais; não obstante, se faltam constância e abrangência na elaboração da diplomacia cultural nacional, se não se projeta a nação de acordo com suas relevâncias culturais, não se incrementa a sua própria presença mundial, sendo assim, negligencia-se melhorias aos demais setores produtivos do país.

A cultura – como “elemento adicional de viabilização” (RIBEIRO, 2011, p.88), de inserção – não se limita a uma classificação “curinga”, ao contrário, passa a adquirir, nas últimas décadas da virada do século, uma conotação elementar, indispensável nas relações de troca, sejam elas materiais ou imateriais, dentro da lógica da interdependência entre os países, as atividades de intercâmbio cultural ou artístico tratam do aumento da proximidade relacional com “substância, constância e abrangência”. (RIBEIRO, 2011, p.88).

Sem dúvida, o Brasil adquiriu crescente importância no cenário regional e internacional, emitindo percentuais valorativos mais condizentes com sua realidade administrativa e socioculturais, vide, por exemplo, os acordos bilaterais entre o país e a América Latina que dizem respeito à difusão da língua portuguesa, aos programas de intercâmbio estudantil e concessão de bolsas; no entanto, a desproporção entre os índices de desenvolvimento econômico no Brasil e a distribuição dos recursos com investimento no mote cultural, ainda que notadamente mais atento a questão, só que longe da situação ideal, enquadra a prática diplomática nacional numa diretriz carente de multidisciplinaridade, ou seja, focada na assistência técnica e ausente em outras áreas de interesse. Contudo, não se pretende a apresentação de dados quantitativos, quer-se antes de tudo a defesa de tal ponto de vista pela apresentação remissiva de acontecimentos na esfera político-econômica nacional e internacional (através de revisão bibliográfica e da compilação de teses), preocupa-se com a ênfase no relacionamento cultural internacional, despertado como diálogo-base inicial para a correspondência entre os países, uma vez que sua compreensão é ampla e de interface com os demais setores de toda e qualquer sociedade.

O gargalo da questão – que se justificaria pela problemática orçamentária, pela falta de motivação ou em onde investir inicialmente de maneira a garantir uma “rentabilidade” futura erroneamente cotada – trata-se, na conceituação analítica, de uma questão profundamente

relacionada ao planejamento governamental (avaliação de prioridades e necessidade revistas) de destino de verbas e levante de recursos, mesmo que esses em certa medida possam ainda ser insuficientes e escassos, como demonstrou ser em um passado notadamente não muito distante, torna-se fundamental que a gestão pública elabore programas culturais coordenados pelo entrosamento dos diversos ministérios, órgão e agência responsáveis, bem como através de parcerias com empresas privadas, fundações, instituições sociais e setores da sociedade civil. Planejar, gerir, coordenar, buscar parcerias e organizar conforme as necessidades de adaptação condizentes com a realidade do país e sua projeção internacional.

A falta de recursos, vale insistir, é uma consequência, e não uma causa. No entanto, sua persistência, agravada pelas carências que normalmente ainda caracterizam o cenário cultural interno, indiscutivelmente afetam de forma dramaticamente negativa as atuais limitações no trabalho da diplomacia cultural no exterior.

Apesar disso – e observando agora um passado mais recente – ocorreram muito êxitos no campo da difusão cultural.(RIBEIRO, 2011, p.90).

Exemplos da cultura nacional que despertaram a simpatia do mercado internacional são representativos como a Bossa Nova nos anos 60 e o cinema novo na década de 70, este sobretudo divulgado na América Latina onde as parcerias entre Ministério das Relações Exteriores e iniciativa privada foram bem sucedidas na levada da continuidade de projetos culturais; já nos anos 80 com a crise econômica e o período de recessão houve o impacto aos setores da política e da produção, bem como, no campo cultural não seria diferente, acompanhou o escasso desenvolvimento dos estratos sociais. E entre o final dessa década e início dos anos 90 o país começou a dar sinais de recuperação, o Itamaraty junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) pôs-se presente para facilitar os processos de retomada de abertura político-econômica, intensificou-se a comunicação das culturas nacionais e os acordos bilaterais na busca por recursos financeiros e de pessoal, tratados ainda que nas diretrizes da cooperação técnica e científica, os acordos e convênios internacionais vinham suprir a fragilizada estrutura de coordenação doméstica e viabilizar as intervenções externas.

A nova república em fase de redemocratização, juntamente com seus vizinhos latinos, buscava a identificação de interesses comuns nacionais e regionais a fim de retomar o crescimento econômico, os governos nacionais estavam mais cientes de suas limitações – crescimento não necessariamente acompanhado de desenvolvimento social – contudo, a Chancelaria brasileira foi além, fez a autocrítica da política externa e trilhou novos caminhos para a diplomacia nacional em linhas culturais, alertando as relações públicas internas que “a luta pela obtenção de fundos não pode prescindir do apoio de grupos de pressão, dentro e fora do governo” (RIBEIRO, 2011, p.94), o que os magistrados pretendiam era (e ainda é) refletir

esse encaminhamento à prática interna, que os moldes da política pública fossem reavaliados – que as prometidas reformas políticas se efetivassem – para acompanhar e não atravancar os ganhos com a diplomacia nacional nas relações internacionais.

Edgard Telles Ribeiro já antecipava:

Apesar de sua tradição no assunto – e relativa liderança em termos de terceiro mundo –, o Brasil de certa forma ainda vive os primórdios de sua política cultural externa. Um fato novo, no entanto, pode reverter essa situação: as mudanças políticas verificadas no país nos últimos anos se refletiram diretamente sobre o amplo debate que se instaurou ao redor das questões culturais. Falta agora incorporar o universo externo a esse debate.(RIBEIRO, 2011, p.94).

Incorporar à política interna os exemplos do relacionamento cultural internacional requer dos setores sociais, da comunidade intelectual, do governo e seus Ministérios a divisão das responsabilidades, a compreensão factual do desenvolvimento integrado, pois de nada adianta a especialização otimizada na sua potência se não houver um caminho de “volta” (não de retrocesso), de atualização, acompanhado da redistribuição de conhecimentos, em outra medida, a coordenação das atividades culturais não deve ser verticalizada entre Ministérios e agências internacionais, então, dependeria da horizontalidade planejada, mas atua mesmo no emaranhado esférico do compartilhamento em rede, ou seja, o relacionamento social-cultural-político e suas consequências extrapolam delimitações de nacionalidades territoriais.

A cultura, entendida como toda e qualquer manifestação do espírito humano, é o canal mediador dialógico dos setores das camadas sociais, ela aposta no esclarecimento das tensões sociais – conflitos em parte inerentes à própria dinâmica multicultural –, na busca pela consecução de acordos e do equilíbrio, ainda que ideal, como parâmetro, entre regiões, nacionalidade e contexto internacional. As investidas da UNESCO nessa perspectiva, a partir da década de 70 com os debates internacionais em torno do “conceito da **dimensão cultural do desenvolvimento**”. (RIBEIRO, 2011, p.97, grifo do autor) são marcantes para esse novo tipo de desenvolvimento mundial; na organização de conferências intergovernamentais expôs resultados de suas pesquisas, com a contribuição das mais diversas áreas do conhecimento, denunciando

os traços marcantes da ‘ideologia do desenvolvimento’, cujos fatores dominantes, ao longo dos anos, vinham sendo os seguintes: a) uma concepção linear e mecânica da história, fundada na ideia de que toda sociedade deve obrigatoriamente atravessar as mesmas etapas de desenvolvimento; b) uma concepção etnocêntrica segundo a qual o principal objetivo de toda sociedade seria atingir os mesmos valores das sociedades ditas “desenvolvidas”; c) uma filosofia essencialmente econômica, para a qual a correta utilização do instrumental dessa ciência seria suficiente para fazer qualquer país alcançar seus objetivos. (RIBEIRO, 2011, p.98).

O Custo social, provocado pela alocação de valores sociais sem considerar as especificidades de uma região à outra, põe em risco a transformação das identidades culturais, igualmente, as tradições nacionais desvalorizadas acarretam as frustrações de autoestima de um povo; assim, as ações de difusão cultural se tornam sem sentido para os envolvidos, uma vez que o estudo de caso é contingente na sua proposição, a “distância que separa o estudo das **carências objetivas de determinada região** (que podem ser, de fato, resolvidas com assistência internacional) do estudo das **carências subjetivas das populações** (que precisam ser levadas em cota como base do planejamento)” (RIBEIRO, 2011, p.100 grifo do autor), coloca em risco os esforços anteriores de aproximação, as energias desperdiçadas podem até “justificar” investidas conservadoras, de módulo restrito aos interesses do mercado e de uma elite político-econômica.

Outro ponto a observar, nas colocações de Edgard Telles Ribeiro sobre o pensamento de Celso Furtado: em um primeiro momento pós-colonial, havia no Império brasileiro uma sociedade dividida entre a elite nacional europeizada e o povo, este um avolumado populacional subdividido em: tribos indígenas, etnias africanas e camadas mestiças; sociedades geralmente isoladas como grupos estratificados, postos em situação que, paradoxalmente, contribuiu para o desenvolvimento criativo de uma variada *brasilidade*, ou seja, tal isolamento em oposição às elites deu condições a existência de subculturas populares com suas próprias tradições e costumes regionais, que se adaptaram as realidades do território nacional, e coexistiram como **sociedades paralelas**: “a diferenciação regional do Brasil deve-se essencialmente à autonomia criativa da cultura de raízes populares”. (FURTADO, 1984, p.23 apud RIBEIRO, 2011, p.103)

Na formação nacional, a carência de autonomia ao processo cultural é consequência da precária existência de uma camada média – que transitava na diversidade cultural, mas não reconheceu suas potencialidades mediadoras, uma vez que desejou apenas transplantar valores externos sem inventividade adaptativa – e da carência de um perfil nacional (tentativa de síntese entre culturas), no entanto, a existência de identidades brasileiras, ainda que de modo fragmentar, provenha da dificuldade da mesma em romper com a dependência externa.

Hoje, século XXI, o que é ser brasileiro? Talvez um possível exemplar multicultural de formação, o Brasil, tenha antecipado ao mundo essa lógica universal de coexistência de culturas e subgrupos culturais, ou seja, sem ser homogeneizado o Brasil de hoje pode servir de referência cultural a outros países, como a França, por exemplo, que tenta lidar com graves problemas de enfrentamento e “choque” entre culturas (vê ressurgir nacionalismos e

xenofobias), pois inevitavelmente no contexto da contemporaneidade também se tornou um países multicultural, mas quiçá não saiba como encarar os novos desafios.

Longe de ignorar os confrontos interculturais no Brasil ou defender como verdadeira a hipótese da “democracia racial”, chama-se a atenção para a constituição do país enquanto Estado-nação, para o seu tipo de colonização diferenciado dos seus vizinhos latinos, para as especificidades enquanto povo multi-descendente, e para o fato de que o país ainda caminha a fim de compreender o que é ser brasileiro hoje, e o que significa isso, quando se faz parte de uma lógica supranacional ou universal. Talvez, a falta mesmo de uma caracterização patriótica (em comparação com outros países), historicamente defasada e outras vezes ludibriada pela força governamental, mova os brasileiros, no sentido de conhecer a si próprios, quando o ‘Brasil Legal’ se interesse pelo ‘Brasil Profundo’, porém sem exaltações totalizadoras que suprimam a sua condição diversa; o que coloca o debate sobre as identidades nacionais em situação e, a cima de todo, demonstra que os debates sobre cultura na sua compreensão abrangente não se esgotam numa tipologia histórica.

Ora, como lembra Marcos Vinícios Vilaça, o caminho do universal passa, muito pelo contrário, pela valorização do particular, do regional, do que é próprio de cada comunidade, sem cair no pitoresco, no exotismo para mero consumo turístico, mas (insistindo) na valorização daquilo que a própria comunidade reconhece como sua expressão e nela se identifica. (RIBEIRO, 2011, p.104)

A querela da humanidade está colocada a juízo quando se questiona sobre: qual tipo de desenvolvimento real se quer ver representado nas sociedades do globo?

E pensar o mundo numa outra óptica, a da culta em sua abrangência social, exige das sociedades ativas e de seus governos um conjunto de medidas dentro das políticas culturais – planejamento coordenado de programas culturais – que incremente as demais políticas publicas e, no limite, que a administração social seja melhorada pela mesma sociedade que a condicionou; o autocontrole das comunidades é por consequência decorrente da própria conscientização popular ou da politização cultural das sociedades, tendo cada indivíduo-cidadão sua potencialidade criativa reconhecida e valorizada, que possa contribuir para o bem estar dos demais indivíduos sociais.

[...] existe um vínculo profundo entre a política cultural externa de um país e sua realidade cultural interna. Assim, no caso brasileiro, qualquer crítica à ausência de uma atuação cultural externa passa pelas baixas prioridades ainda atribuídas à formação da política cultural interna do país [...]. (RIBEIRO, 2011, p.107).

O Brasil após ratificar em 1987 o Ajuste Tripartite, entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e da Cultura (MRE, MEC e MINC), renunciou mudanças de

transformação social, delegando responsabilidades comuns por meio de suas agências sem confundir as especificidades de atuação de cada ministério, tanto que, no início dos anos 2000 através de um conjunto de leis de incentivo à cultura e documentos aprovados para melhor utilização dos recursos, o país vem encaminhando novos programas (dentro e fora) no planejamento das verbas de difusão cultural.

As preocupações de invento da política cultural em associar desenvolvimento e cultura rivalizam com problemas fundamentais de organização no plano socioeconômico, como ficou demonstrado anteriormente, ainda ao final do século XX, lidava-se no país com questões de sobrevivência mais imediatas como alimentação, saúde, moradia, garantia aos direitos básicos de vida; em que não havia muitas perspectivas sociais dentro de um horizonte de carência estrutural, a sociedade brasileira estava tomada pela imobilidade criativa e por um volume restrito de autonomias individuais. O Itamaraty, então, trouxe, do relacionamento cultural internacional, iniciativas na proposição de debates para um desenvolvimento integrativo, à medida que tentou projetar o país externamente, buscou “melhor preservar e consolidar, internamente, os valores professados por essa cultura” (RIBEIRO, 2011, p.108), ano a ano a presença brasileira no mundo repercute internamente na salvaguarda de seu próprio patrimônio diverso: histórico, artístico, biogenético, cultural, material e imaterial. E ao acordar internacionalmente, trilha-se o caminho para preservar e valorizar o que é demonstrativo da mesma constituição cultural, senão, cairia num estado passivo de consumo cultural externo, em que não há uma reflexão crítica sobre as possíveis vantagens ou malefícios em se incorporar culturas alheias a realidade nacional.

Contudo, o Estado brasileiro parece se aproximar das iniciativas sociais, dando seguridade aos projetos e a divulgação cultural e a outro tipo de progresso, na tentativa de superar o atendimento assistencial passivo (ainda que necessária como medida inicial de remediação esteja a concessão de bolsas sociais), ou seja, a atual situação nacional é interessante uma vez que disponibiliza mais recursos e pode elevar sua coordenação propriamente doméstica.

Muito já foi dito sobre os pontos importantes na formulação de políticas culturais internas e externas; a considerar o destino dos programas (as populações, os costumes, a política e cultura local, história e tradições) e a considerar a integração e o planejamento de quem elabora esses programas, para que espontaneamente ocorra a valorização cultural, tanto de quem expõe sua cultura como de quem a recebe e responde reflexivamente, para que os ganhos sejam comuns e se multipliquem criativamente em benefício do contato intercultural.

Nessa ordem de idéias, as programações devem procurar levar em consideração as reais necessidades dos países de destino, e não serem “exportadas” simplesmente por estarem disponíveis. Sempre que possível, os artistas e intelectuais do país-alvo das programações deveriam ser consultados, de modo a permitir uma melhor definição de áreas de interesse. (RIBEIRO, 2011, p.112).

Cabe agora atenção ao princípio da reciprocidade, pois tão importante quanto difundir dada cultura de um povo é reconhecer e receber a cultura com a qual se pretende relacionar, na tentativa de romper com determinadas barreiras culturais e limpar o ranço do desentendimento num esforço plural para atingir consensos, o que também significa cindir a prevalência dos valores econômicos e comunicações hegemônico-herméticas. Ambicionou-se, assim, nessa análise, fomentar tal debate na defesa ao patrimônio cultural brasileiro, portanto, também compreendido em sua abrangência conceitual, para divulgá-lo sem a pretensão da mera ilustração, mas a fim da valorização representativa e do estímulo ao contato e às trocas sociais. Atualizar as percepções culturais, sobre o Brasil e os brasileiros e sobre as contribuições de outrem, é compreender que existe um “jogo de espelhos” inserido à lógica do desenvolvimento de cada país.

O reconhecimento da diversidade cultural, das múltiplas condições de existência, deve ser trabalhado, por conseguinte, no sentido da aproximação – “entre Estados com base no respeito por suas diferenças nacionais” (RIBEIRO, 2011, p.117) –, por meio do aprimoramento das ferramentas da política externa e de suas instituições democráticas internas; a construção de uma compreensão internacional pela cooperação cultural vem sendo possível graças às transformações nas comunicações e do cenário internacional, mas em contrapartida, em momentos de obscuridade e crise político-econômica, essa multiplicação de contatos pode sobrecarregar tensões mal resolvidas, expondo as desigualdades em detrimento de acordos.

O acesso à informação, facilitado pela *internet*, e a pela revolução tecnológica condicionam uma teia de relações sociais, dinamizando os segmentos socioculturais, repercutindo numa cadeia de consequências com relações diretas e indiretas que ultrapassam fronteiras nacionais, “hoje”, uma malha tão complexa que se pode aludir a uma nova conceituação social: a da **cultura do compartilhamento** de informações, aproximada das comunidades internacionais, as quais devem integrar horizontalmente, ou mais ainda numa forma esférica, valores culturais. E continuamente reafirmando identidades culturais e suas ramificações, através da projeção cultural, a qual revê prioridades sociais, assim sendo, é possível um esforço coletivo com vistas a um novo tipo de desenvolvimento a nível local, regional e global.

2. A NOVA REPÚBLICA

No início dos anos 80, a partir do colapso do socialismo real, uma nova tendência liberal adentra o cenário brasileiro, passando a influenciar as decisões políticas. “A intelectualidade pensou, mas não produziu uma teoria adequada à compreensão global da política exterior no Brasil” (CERVO, 1994 p.18). A capacidade de inserção do país no sistema de mercados competitivos foi prejudicada por um modelo de cooperação insuficiente e pelo protecionismo inoperante: “O nacionalismo promoveu a nacionalização da economia internacional e não teve fôlego para estimular a internacionalização da economia brasileira.” (CERVO, 1994 p.21).

Os anos de 1980 dão continuidade à lenta e gradual abertura político-econômica, com a retomada do processo de redemocratização e com a administração a cargo dos economistas liberais, os quais foram responsáveis pelo rolamento da dívida externa e o agrado aos credores. No cenário nacional emergiam, gradativamente e de forma paradoxal, as contradições sociais, um novo tipo de sociedade civil dominante representada pelas classes médias, que se afirmava pela negação de qualquer controle sobre os interesses privados por parte do Estado.

Nos primeiros anos da década de 1980 pensou-se a democracia pela recusa à supremacia estatal político-econômica; aí, haveria a permissão à dependência da lógica financeira moderna, – ainda que continuássemos a seguir com o modelo do nacional desenvolvimentismo – a recessão, a hiperinflação e a crise social; todas, decorrentes de estratégias econômicas equivocadas e de um longo período sem reajustes com repasse social dos benefícios.

Em meados da década de 1980 e início de 1990, com o final da Guerra Fria, o neoliberalismo do Sul enfrentava grandes crises econômicas. Aos poucos os ajustes inflacionários e os períodos de recessão foram controlados, o crescimento interno retomado de maneira lenta e gradual e, então, os “fenômenos emergentes” passaram a despertar o temor nas grandes potências e, assim, as mudanças de percepções abalavam as estruturas mais conservadoras. Dessa forma, havia a preocupação em manter a proximidade entre os países tradicionalmente desenvolvidos e os países em desenvolvimento para conservar o poder de influência político-econômica, ou seja, trazer mais para perto os antigos aliados e promovê-los à condição de colaboradores. Trata-se do período em que ocorria o alinhamento entre Brasil e EUA.

O decênio de 1990 inicia-se com uma nova agenda política, enquanto novas preocupações mundiais são levantadas para a discussão de temas de responsabilidade universal. Nesse período, o esboço teórico apresentou aspectos marginais da realidade, apesar de possuir uma ambição totalizante efetuou explicativas limitadas, de tal modo que os programas de governo e dirigentes políticos foram os articuladores responsáveis em destaque. Diferente dos planos de governo dos períodos Vargas, Kubitschek e Geisel, que defendiam uma ideia de nação a construir, em outros períodos e governos a tendência era seguir pelo caminho da nacionalização das concepções de políticas do exterior, sem uma leitura propriamente nacional, muitas vezes através de parcas adaptações – tarefa a cargo da chancelaria e de pensadores políticos.

A internacionalização da economia, última etapa da modernização, era esperada como a grande mudança lógica de política exterior a cargo do governo neoliberal implementado em 1990. Contudo, a modernização que ele propôs significou em termos de relações internacionais, apenas o desmantelamento das idéias e das construções materiais do nacionalismo histórico, sem colocar em seu lugar outras forças de desenvolvimento (CERVO, 1994 p.21)

A reabertura política foi carregada de um novo espírito de redemocratização, com o restabelecimento da forma de governo civil e um novo período em busca de definição. Trata nesta análise dos anos de 1985 ao final do segundo Governo Lula, na pauta da política externa em articulação com as políticas internas nacionais, a partir dos discursos dos ex-presidentes.

1.2. Governo José Sarney (1985-90) ³

A transição para um governo democrático era acompanhada pela esperança no enfrentamento dos desafios, como fortalecer as instituições democráticas, voltar a crescer economicamente e tornar mais contundente os repasses sociais. A dívida moral e social, como o Presidente Sarney considerava a questão, deveria ser enfrentada com solidez por programas de estabilização da economia e controle inflacionário. O Plano Cruzado conseguiu lidar com a inflação, mas não foi suficiente para combatê-la, em seguida vieram outros planos econômicos, novamente sem sucesso. Todavia, foi dada continuidade ao processo democrático, o que seria assegurado com o reforço ao firmar compromissos em defesa da democracia brasileira e da soberania estatal, através da elaboração de uma nova Constituição, do restabelecimento das eleições diretas, da ampliação do direito ao voto e da autonomia partidária e sindical.

³ José Sarney era vice de Tancredo Neves nas eleições indiretas, este falecendo antes mesmo de assumir o governo.

No turbilhão dos acontecimentos, com muitas mudanças acontecendo dentro e fora do país, o presidente tenta apresentar um modelo brasileiro de redemocratização, avaliando a passagem do regime autoritário à democracia **sem violência e sem traumatismos**, enaltecendo o espírito conciliador e patriótico, de **fé no futuro** e nos valores da mudança, numa perspectiva de convivência pacífica de classes sociais, reconciliação de ideias a favor de um tipo nacional. Observa-se que tal postura se apoia na situação de mudança, momento de “busca” e reconstrução de uma ideia de identidade nacional. Fato que também se refletirá no cartão de visita oferecido aos vizinhos estrangeiros, em que se tentou um modelo de seguridade, o qual apostava numa tríplice constituição democrática: uma sociedade aberta, com instituições livres e em busca de uma eficiência dinâmica em sua economia.

[...] o Brasil dos vários brasis, em que a opulência e a pobreza, o árido e o fértil, a seca e a inundação fazem uma geografia de amostragens opostas, abrigando num vasto continente um povo unificado que soube construir uma democracia racial e uma unidade de cultura que é a força invencível do seu destino. (SARNEY, 2008, p.8)

O Brasil, nesse momento, necessitava aumentar sua presença internacional para tanto estava em busca de novos mercados para seus produtos. Se sair da crise dependia sobretudo do aumento das exportações e, não tanto, de acreditar no mercado interno, assim, ter-se-ia de investir nas potencialidades diplomáticas nacionais, afirmando uma política externa autônoma e simultaneamente flexível na sua capacidade em negociar; e, se muitas barreiras ainda eram impostas pelo “Velho Mundo”, procurou-se então diversificar as parcerias.

[...] Nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional. E desejamos, agora, revigorar, com redobrada afirmação, nossa presença no debate das nações. Uma política externa independente, dinâmica e voltada para a solução das questões internacionais de conteúdo social.⁴ (SARNEY, 2008, p.9)

O discurso de soberania nacional também almejava influenciar a América Latina, pois de um modo geral a proposta democrática se sucedia na região, os problemas similares e os discursos em solidariedade visariam à cooperação latino-americana. Se, se enfrentavam os mesmos dilemas com o crescimento emergente e sofria-se com a instabilidade político-econômica internacional – que repercutia com maior violência na região devido à clara fragilidade –, por que não procurar por uma saída comum?

O hemisfério latino-americano deveria estar compromissado pelo esforço ao progresso – com a retomada do crescimento econômico e a diminuição da concentração de renda. Novos

4 Discurso proferido no Plenário das Nações Unidas Nova Iorque, EUA 23 de setembro de 1985, intitulado Abertura dos Debates da Assembleia Geral da ONU - Afirmação da Soberania Brasileira. SARNEY, J. (Presid.). Discursos Seleccionados Do Presidente José Sarney. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2008. p.7-22.

foros colocariam em discussão a problemática econômica no Terceiro Mundo, com assuntos como: a dívida externa, as exorbitantes taxas de juros internacionais, o protecionismo europeu e a concorrência desleal com a concessão de subsídios; tudo isso, ocasionando recessão, desemprego em massa, inflação descontrolada e, conseqüentemente, o aumento da miséria e violência.

A reorganização democrática nos países e a pressão conjunta das agências internacionais trariam revigoração social e, o governo brasileiro, no caso, preocupava-se em zelar pelo princípio de autodeterminação dos povos e não intervenção político-militar; pois o caminho a trilhar reforçava a busca por soluções pacíficas, através do desarmamento e da não proliferação de armas de destruição em massa. “(...) procuraremos ser a ponte entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, velhas e novas culturas, regimes e ideologias”. (SARNEY, 2008, p.11)

A carga da dívida externa impôs uma política econômica voltada para obtenção de saldos comerciais destinados ao pagamento dos juros. Os organismos internacionais propuseram políticas de ajuste inadequadas. Essa rota conduziu à recessão, ao desemprego e à renúncia da capacidade de crescer. Essa política debilitou as lideranças civis, tornou explosiva a crise social, ameaçou as instituições, comprometeu a ordem e, conseqüentemente, foi uma ameaça às estruturas democráticas. (SARNEY, 2008, p.15)

O êxito do programa de reconstrução da Europa demonstra a capacidade de realização dos projetos de cooperação entre as nações, quando concebidos com uma visão ampla de reciprocidade dos interesses e uma consciência clara da ligação entre os problemas políticos e os econômicos. (SARNEY, 2008, p.17)

Num limiar para além das forças econômicas, o país visava se mostrar em sintonia com as relações internacionais, dando exemplo diplomático com a figura de um Estado de identidade mestiça e anti-racista, interessado na cultura popular, nos intercâmbios culturais, artísticos e desportivos, a fim de salientar uma nova proposta universal, pós Guerra Fria, em que a vontade internacional, incentivada pela ONU, buscava soluções consensuais, em aplicações práticas de convivência e pluralismo. O respeito à pessoa humana e aos direitos internacionais haveriam de ser espalhados.

[...] a decisão de aderir aos Pactos Internacionais das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos e sobre direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Com essas decisões o povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado e reitera, perante si mesmo e perante toda a comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana. (SARNEY, 2008, p.12)

Defendia-se que o tempo da cooperação e ciência viria em defesa de uma **reformulação profunda das estruturas econômicas internacionais**, as colocações nacionais exaltavam a democracia como a organização política das liberdades. O debate de frente com os países ricos era carregado da concepção republicana de liberdade e igualdade de oportunidades, assim também, a chancelaria brasileira se posicionava na defesa da diversidade de valores e das múltiplas formas de modo de vida em representação na região latina.

A diplomacia brasileira falava em reverter o quadro regional, o qual era caracterizado entre o isolamento e a autarquia. Seu discurso frisava formas mais equitativas de cooperação internacional e a partilha das responsabilidades entre credores e devedores em tarefa conjunta. Ainda que na esfera do discurso, inicia-se, um longo caminhar e a tentativa de chamar a atenção mundial para a questão do desenvolvimento como um todo, através de uma trama complexa (local-nacional-regional-internacional) que saísse da esfera da retórica para a efetividade prática dos governos.

Todavia, o governo Sarney mostrou-se atento às possíveis nações em ascensão, também em busca da modernização de seus parques produtivos, acenando com acordos de cooperação científica, trocas de tecnologia e aumento nas exportações. Antigas parcerias também foram incentivadas a reatar. Brasil e Argentina voltaram a se aproximar e levariam a cabo a proposta de implantação de um mercado comum do Sul, o Mercosul.

Além disso, incentivos seriam aplicados tanto nas áreas tradicionais de cooperação como em novas tecnologias; não raro, com o restabelecimento das democracias e a redução de barreiras político-culturais, o momento era de clama às identidades latino-americanas, o que facilitaria os processos de unificação de uma base cooperacional. Portanto, os desafios comuns e as realidades próximas os estimulariam a cooperar, além do que, esse “esforço comum para explorar novos caminhos na busca de um espaço econômico latino-americano”⁵ (SARNEY, 2008, p.47) colocaria Brasil e Argentina em contato reforçado com outros países. Democracia, cooperação e integração regional eram temas defendidos com exaustão nos discursos do ex-presidente brasileiro, em foros internacionais.

A formação de uma América Latina que responde conjuntamente aos desafios nacionais e às pressões internacionais revela a aposta na criação de fóruns permanentes, onde a consulta aos países respeite as áreas de interesse comum; contudo, essa proposta de

⁵ Discurso proferido Assembléia Legislativa, Buenos Aires, Argentina, em 29 de julho de 1986. Na ocasião da Vista à Argentina. Ibid., p.41-50.

posicionamento internacional, com economias envolvidas em conjuntos regionais, ainda tenta se efetivar.

A movimentação política no Brasil e na Argentina, durante o período referido, descobria novos interesses em comum, ou seja, criava-se um clima de confiança ao compartilhar objetivos e metas semelhantes. Sobre os programas de integração entre os dois países pode-se recorrer ao que disse o ex-presidente em incentivo aos lados empresariais:

O desafio de nossa história, a meta que inspirou nossa vida desde a independência, foi sem dúvida criar uma verdadeira autonomia para nossos países. Reduzir a dependência externa, fazendo das relações internacionais uma opção consciente de nossa soberania, e não um constrangimento marcado pela desigualdade, pelo servilismo.

[...] povos comprometidos com o desenvolvimento e ansiosos por consolidar conquistas nos campos político, econômico e social, percebem as vantagens da cooperação diante da competição e se lançam na exploração de caminhos conjuntos.⁶ (SARNEY, 2008, p.64)

Ao compreender e amadurecer a causa da globalidade dos interesses comuns era possível restabelecer relações diplomáticas e buscar novas parcerias. Foi o caso da cooperação brasileira com a Ásia e com países da África. Seguiam-se, nas chancelarias nacionais, as proposta das convenções da ONU e seu posicionamento diante das questões dos direitos humanos e de autodeterminação dos povos. Entretanto não se pouparam críticas a obsolescência da atuação política daquela Organização e suas instituições, pois carecia, e ainda hoje lhe falta, reformulações políticas condizentes com a novíssima ordem internacional, que apesar de ter um foco global restringe suas condições de desenvolvimento.

Na ressalva em identificar traços culturais comuns e preservar elementos que diferenciam as culturas tal análise, aqui, se posiciona. Assim sendo, através da vertente da diplomacia cultural, a qual tratará das relações internacionais em sua amplitude valorativa. No limite, as relações, em suas mais distintas esferas relacionais (interpessoal, social, local, regional, nacional, internacional, universal), serão tratadas nos meandros da cultura, ou seja, de tudo aquilo que envolve a caracterização dos povos humanos, se encaminhando também ao debate político e sócio-econômico, mas sem perder de vista a caracterização cultural pela óptica da antropologia, em que toda troca social têm um fundo de relacionamento cultural.

6 Discurso proferido na Academia Brasileira de Tênis, Brasília, DF, em 11 de dezembro [1986], no Encontro com Empresários Argentinos e Brasileiros. Ibid., p. 61-65.

1.3. Governo Fernando Collor (1990-92) e Governo Itamar Franco (1992-94)

O período dos governos de Collor e Itamar foi marcado pela abertura de mercado, com medidas econômicas de alto-risco. Já nos acordos entre Brasil e Argentina a quebra de algumas barreiras tarifárias já trazia a percepção de que o processo de aproximação era dinâmico e irreversível; então, o bloco em formação evoluía de um simples liberalizar comercial para uma política comercial comum, sendo o Mercosul uma frente para negociar principalmente em relação com os EUA (AMORIM,, 2009).

A diplomacia brasileira não atuaria pela neutralidade e pelos fins do nacionalismo, ao menos na linguagem a chancelaria, assumida por Fernando Henrique Cardoso no governo Itamar, iria opor-se ao antigo modelo aplicado à política externa e afirmaria o novo, a mudança, mesmo que esta se apresentasse em linhas de discurso. A abertura ansiada dos mercados para produtos nacionais e a modernização desejada eram proclamadas como se ocorressem por si só, encantando a sociedade brasileira com a promessa de consumo.

Na prática resultou em apenas duas linhas de ação: o relaxamento cambial, responsável pela abertura do mercado a produtos supérfluos de luxo; (...) a privatização de empresas públicas, que agradava a empresários, banqueiros e corporações de classe detentoras de incômodos títulos da dívida pública que poderiam trocar por ações (CERVO, 1994, p. 52).

No decênio de 90, o Brasil viveu uma perspectiva de inserção internacional, era o momento de reordenamento do sistema internacional e glória da ideologia norte-americana, embora o caminho trilhado pelo capitalismo mercadológico globalizasse questões mundiais como: “[...] a segurança coletiva, as drogas, o meio ambiente e os direitos humanos” (CERVO, 1994, p.53); o mesmo, como sabido, não possui intenções de repartir ou globalizar riquezas, apenas convida os países “ocidentalizados” a se retirarem da esfera meramente política para se posicionarem através do liberalismo econômico a fim de traçar parcerias mais eficazes. Assim, as abordagens eram no sentido de incentivo “[...] à construção dos megabloques econômicos” (CERVO, 1994, p.53) e pressões de consenso ao sistema capitalista. Nesse contexto, o Brasil busca contatos, faz frente em Conferências históricas, polemiza contra o sistema vigente dentro das relações e encontros internacionais, mas não foge aos ditames da economia para pensar sua sobrevivência em vias de atuação externa.

A gestão Itamar Franco na política externa brasileira discursava pela preservação das liberdades no cenário internacional, mesmo no contexto de crise das políticas econômicas a ordem da Lei haveria de ser mantida; assim como, internamente o equilíbrio entre os três Poderes garantiria a perenidade do Estado de Direito.

Os objetivos da época eram recuperar a confiança da sociedade no Governo e retomar o desenvolvimento, pois entre meados da gestão Sarney e durante o governo Collor a proposta de modernização ficara restrita às promessas, visto que a economia retrocedera com o ônus da carga de juros da dívida pública e da dívida externa; além disso, os refinanciamentos e a manutenção irregular mantinham incompatível o porte nacional de crescimento econômico com o repasse social. O ajuste fiscal e a redução das taxas viriam com a administração de Itamar e seus Ministros, amparando o empresariado e a iniciativa privada para possibilitar um tímido progresso social, através da seleção dos gastos públicos, traçando prioridades, e da construção de obras de infraestrutura.

O compromisso com os credores internacionais também foi reforçado pela normalização da economia, nesse sentido o Plano Real foi bem sucedido ao estabilizar a moeda nacional; entretanto, considerou-se que o Estado deveria enxugar alguns encargos, com essa medida estratégica as privatizações eram inevitáveis a fim de elevar a participação brasileira no comércio exterior. A soberania nacional teria, portanto, que se adaptar em proveito da reciprocidade internacional; ainda que, o crescimento fosse mercadológico, haver-se-ia de caminhar para a distribuição de renda.

Prosseguiremos, sem açodamento, mas sem pausas, o processo de privatização de empresas estatais, cujo controle não seja exigido pelas razões estratégicas. O que muda no processo é a sua orientação ética. Juristas e técnicos examinam o assunto, em busca de diretrizes que ampliem o processo de privatizações, mas evitem prejuízos à Nação. (FRANCO, 2008, p.13).⁷

O presidente em exercício considerava que a participação nacional na sociedade mundial pressupunha a própria integração nacional flexibilizada; assim, descentralizar a administração pública (com a revisão constitucional de 1993) iria garantir a autonomia estratégica necessária e a mútua responsabilidade dos estados e municípios perante a União. Concomitantemente, amadurecia-se a política externa nacional para enfrentar os desafios da integração em bloco e entre blocos, reforçando uma tradição pautada desde a atuação do Barão de Rio Branco no início do século XX, ou seja, aquela baseada no princípio de não intervenção e autodeterminação dos povos; assim como, na defesa nos foros internacionais do desarmamento de ogivas nucleares, que ameaçam o diálogo entre países. Entretanto, a via pela negociação, com postura e tradições pacíficas, não implicariam em passividade diante

⁷ Discurso proferido na ocasião do Primeiro pronunciamento do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, à Nação, em cadeia facultativa de rádio e TV, no Palácio do Planalto. Brasília, DF, 30 de dezembro de 1992. In: FRANCO, I. (Presid.). **Discursos Selecionados Do Presidente Itamar Franco**. Brasília: Ministério Das Relações Exteriores; Fundação Alexandre De Gusmão, 2008. p.9-17.

das questões internacionais ou de relevância mundial; como por exemplo, nos assuntos envolvendo meio ambiente, elaboração de tecnologias renováveis, sustentabilidade, e etc.

A globalização do processo produtivo já estava dada e, o Brasil como os demais países em geral seguiriam a mesma lógica, caberia, assim, políticas sociais compensatórias. Porém, com a corrupção política assolando o jogo da política interna – ao desviar recursos públicos e privilegiar setores corporativos – como seria assegurada a participação cívica desejada quando ainda faltava garantir o acesso aos direitos básicos a uma grande parcela da sociedade? Seria difícil responder sem recorrer à reestruturação político-cultural, não se pode ignorar que de fato houve mudanças na educação e no investimento cultural, com a instrução de um número maior de pessoas no país, contudo, insuficiente para democratizar a cultura e dar sentido de cultura política. Assim a “vontade política” até existe, mas fica restrita aos setores mais privilegiados e, excetuando-se a mobilização possível com o acesso e a popularização das novas tecnologias, é complicado ponderar sobre o assunto sem se encarar as reformas necessárias à política, à questão da terra, e a reforma do aparelho estatal em sua completude, as quais ainda carecem de atenção, de força analítica e força social.

A tarefa de estabilizar a economia era discursada pela política externa nacional como um dever conjunto regional, seja na região da Bacia do Prata, na região dos Andes, na região Amazônica, no Caribe, seja entre elas. Assim, as ações para conjugar um desenvolvimento harmônico combinavam as diversas regiões da América do Sul e posteriormente da América Latina.

O caminho pelo “desenvolvimento sustentável” passava, nas considerações diplomáticas, pelo fortalecimento de consensos e a reafirmação das identidades próprias. O Tratado de Assunção de 1991, entre Brasil, Argentina e Uruguai, sinalizava o potencial dos mercados em expansão, como exemplo serviria também para enrobustecer a ideia de cooperação Amazônica. Tal iniciativa era encaminhada lentamente e desde o final dos anos setenta, o país insistia na integração sub-regional, em seu desejo de ver efetivados os contatos diretos e constantes. Contudo, no período Itamar, encaminharam-se propostas concretas, a exemplo da interconexão da estrutura rodoviária como o indicativo de relações mais intensas e produtivas.

Em outro ponto, Associação de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) foi tratada a fim de que, passo a passo, a integração sul-americana desejada pudesse atingir a integração latino-americana e, portanto, teria peso representativo muito mais considerável, com poderosas frentes de proteção as imposições vindas dos países ricos, com maior autonomia político-

econômica devido à diversificação dos fluxos e laços comerciais. Não se pretende tratar aqui, de uma caracterização específica de progresso: dependentes, emergentes, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, o que se buscava, e ainda hoje se procura, nesse novo modelo de desenvolvimento comum, são parceiros, parcerias para além do circuito econômico a fim de superar as problemáticas sociais.

[...] Há que recuperar o sentido comum da cidadania latino-americana, embasada na devoção dos nossos povos à paz e à democracia, alimentada por uma cultura comum, fortalecida pela comunhão de esforços que todos dedicamos, a cada dia, à superação do subdesenvolvimento econômico e social. Há que unir esforços no debate internacional sobre o desenvolvimento, que queremos ver incluído na agenda internacional em posição condizente com sua importância na construção de uma nova ordem mundial, que não se realizará se persistir a tendência à marginalização de países e regiões em desenvolvimento. A cooperação estreita entre nossos países é essencial para atingir esses objetivos.⁸ (FRANCO, 2008, p.20).

Os desafios do processo de integração em curso no Mercosul, incluindo-se o Paraguai como membro que havia concluído seu processo democrático posteriormente aos outros três países, eram avaliados entre as transações e ajustes para o estabelecimento de uma tarifa externa comum; assim, convergir acordos em mecanismos operacionais e, políticas sociais em práticas concretas, no Conselho representativo traria resultados aos mercados já nos primeiros anos de comércio intra-regional; bem como, a preferência de comercializar com os parceiros garantiria níveis de proteção em contrapartida às demais economias internacionais.

A prioridade que o Brasil atribui ao Mercosul não é excludente. Vejo na articulação gradual dos processos sub-regionais de integração o futuro do projeto de integração da América Latina, e, em particular, da América do Sul.⁹ (FRANCO, 2008, p. 44)

[...] Nossos países optaram pelo tratamento multidisciplinar da integração, com crescente participação dos diversos setores da sociedade. O Mercosul envolve dimensões sociais e trabalhistas, cooperação técnica, científica e cultural e a articulação de ações nos campos de educação, justiça, meio ambiente, agricultura e indústria.¹⁰ (FRANCO, 2008, p.66).

O sistema multilateral de comércio é um dado da conjuntura internacional, portanto, à medida que as democracias latino-americanas se consolidavam surgia também a necessidade crescente de efetivar relacionamentos cooperativos para a inserção no mercado internacional e nas variadas esferas representativas. Desde Juscelino Kubitschek havia a proposta de uma

8 Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na sessão solene de abertura da V Assembléia Ordinária do Parlamento Amazônico, Brasília, 10 de maio de 1993. Ibid., p.19-24.

9 XVI Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de inauguração da V Reunião de Chefes de Estado do Conselho do Mercado Comum, na Cidade de Colônia — Uruguai. Colônia, Uruguai, 17 de janeiro de 1994. Ibid., p.41-48.

10 XXVI Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da VI Reunião do Conselho do Mercosul. Buenos Aires, Argentina, 5 de agosto de 1994. Ibid., p.65- 68.

Operação Pan-America, entretanto, fatores como: a pouca densidade política, os regimes autoritários que se seguiram assolando a região, as pressões bipolares na ordem da seguridade nacional e países em baixa prosperidade, não se daria conta de vincular o ordenamento político necessário às sociedades. Igualmente, para que o relacionamento entre os Estados possibilitasse a intensificação das cooperações bilaterais e o aprimoramento destas, se haveria de criar foros debatedores de consulta intergovernamental. Os encaminhamentos para a criação de uma área de livre comércio na América do Sul só encontrariam condições a partir da década de noventa, com a definição de algumas bases de acordos e durante os próximos anos de integração, com o aprimoramento e a manutenção posta em causa.

São inúmeras as áreas a serem exploradas e múltiplas as possibilidades de associação em benefício mútuo. O comércio, o setor energético, a cooperação fronteiriça, os transportes, a cultura, são alguns dos assuntos que já possuem sua complexa pauta própria, e que desejamos impulsionar.¹¹ (FRANCO, 2008, p.54).

Os anos que seguiram demonstraram muitas ideias e um longo processo pela frente, as democracias e as instituições continuariam a se aperfeiçoarem; contudo, as negociações perlongaram encontraram dificuldades de aplicação real, crises cíclicas do capital atrasaram os processos. Os países foram obrigados a rever suas prioridades locais, em parte deixando à mercê as negociações externas regionais. O desenvolvimento interno com justiça social, inserido em uma ordem internacional justa e democrática, ainda é um projeto inacabado, em medida, um depende do outro; seja a considerar uma reforma continuada com adaptações permanentes ou uma revolução em processo, dependendo do ponto de vista. Mas nem uma, tão pouco outra, comprova que a mudança se restringe aos moldes econômicos, ela se dá, antes de tudo, na reformulação das mentalidades sociais, na sensibilização político-cultural e humana, a qual seria coesa em sua fraternidade ideal e ficaria distanciada da simples comisseração social.

A democracia exige um esforço permanente de aperfeiçoamento institucional. Reclama, também, competência e dedicação dos homens públicos, para preservar o conteúdo ético indispensável à sua eficácia. Sabemos que o fortalecimento de nossas democracias requer a confiança da população nas instituições políticas. [...] Seria erro grave atribuir nossos problemas ao modo de operar da democracia. Pelo contrário, são as instituições democráticas que permitem superar crises — inclusive institucionais — sem quebra da ordem constitucional e sem violência. A

11 XIX Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República da Venezuela, Dr. Rafael Caldera, La Guaira, Venezuela, 4 de março de 1994. Ibid. p.53-56.

história recente do Brasil ilustra perfeitamente esse ponto.¹² (FRANCO, 2008, p.26-27).

A formação brasileira possui, claro, sua singularidade e compartilha tradições culturais comuns, afinidades com sociedades diversas, participantes da própria constituição cultural, há, portanto, um espaço político muito rico a ser trabalhado. Não se pretende o uso de qualquer tipologia de “democracia racial”, nesta análise, o que se almeja é considerar a possibilidade de nossa característica multicultural nacional ser antecipada ao diálogo no mundo globalizado, enxergando a formação da sociedade internacional não homogênea e sim universal em sua diversidade, compromissada com políticas democráticas representativas e não com formas de governo simplificadas pelo mercado internacional. Havendo uma efetiva comunidade internacional, que empreende esforços comuns, haveria a intensificação nas trocas de ideias entre os povos, a dignidade humana colocada como prioridade estimularia as criatividades e haveriam talvez, mais pessoas pensando e articulando como solucionar problemas globais.

Trechos do discurso proferido pelo ex-presidente, na ocasião da Inauguração do Parlamento Latino-Americano, em 1993, convêm à observação:

A essa trabalhosa forma de viver e governar chamamos democracia. Nem sempre nos damos conta de suas virtudes, mas quando delas nos privam, ansiamos por sua restauração. Relembramos que é preferível o cansativo diálogo ao uso da força; que é melhor a paciência do que o açodamento que leva a decisões impensadas; e que o emprego de meios legítimos e constitucionais, para a garantia das instituições e do cumprimento da ordem jurídica, mesmo à custa de efêmera popularidade política, é muitas vezes inevitável, a fim de impedir que nos ameace a desordem essencial das ditaduras.

[...] Não nos devem mover, neste ideal de integração, apenas as razões econômicas, por mais ponderáveis elas possam ser. Estou convencido de que mais do que a troca de bens e serviços, temos que trocar as nossas ricas experiências humanas. A nossa integração terá de ser cultural, ou não será integração. De um e de outro lado das montanhas e dos rios que marcam os nossos limites de soberania, há homens e mulheres que embelezam e dão nova dignidade à vida, na criação literária, nas artes plásticas, na música e na expressão, poderosa e não raras vezes fantástica, da arte popular.

[...] Sem que resolvamos os terríveis problemas sociais trazidos pelo crescimento econômico desordenado, a democracia estará incompleta. Por isso devemos nos acautelar contra as ilusões de uma modernidade que, em nome da abertura inevitável dos mercados, mantenha a exploração da mão-

12 Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Primeira Sessão de Trabalho, em Assuntos Políticos, durante a VIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, Santiago do Chile, 15 de outubro de 1993. Ibid., p.25-28.

de-obra barata como pressuposto do progresso econômico.¹³ (FRANCO, 2008, p.33-35).

A elaboração necessária de uma nova agenda internacional de desenvolvimento – posta em causa a integração regional, sub-regional e mundial – traz novas oportunidades e desafios para as diplomacias representativas, um mundo plural e dinâmico, sem “cordões sanitários” e sem políticas de austeridade econômica, reconheceria que os projetos para a liberalização do comércio internacional são por si só, insuficientes em suas políticas culturais, já que o foco contingente não privilegia o motivo da comunidade social-cultural, ou seja, o bem-estar de cada indivíduo no planeta. Ressaltar a integração, entre diferentes culturas, com tratamento multidisciplinar é, em última análise, um empenho conjunto de sociedades e governos para a transformação das mentalidades, cada qual com suas preocupações específicas, mas que se põe em contato permanente para que as pressões causais, legítimas das populações, sejam encaminhadas ao consenso democrático. A articulação político-cultural nos meandro de cada plano e entre os dois planos, interno e externo, interessa aos países individualmente e aos grupos de países, uma vez que ela é intensificada e essa consciência complexa interessa ao diálogo processual, assim, aproxima-se do verdadeiro desenvolvimento interdependente – mais equitativo ao compartilhar posicionamentos similares – com “a cooperação e não o assistencialismo”¹⁴ (ITAMAR, 2008, p.72). Por certo que a esfera do discurso é ideal, mas ela é um primeiro passo fundamental para encaminharmos a resolução de querelas sociais tão injustas, persistente na história das nações e atuais aos nossos dias.

Como considerou o ex-presidente: “adquirimos a autoridade para reclamar a eliminação de práticas arbitrárias unilaterais” (ITAMAR, 2008, p.72), pois com o nível de desenvolvimento tecnológico que a genialidade humana atingiu é inadmissível que muitos sejam prejudicados para que poucos concentrem benefícios fartos. O que se diz sobre a cooperação solidária e harmoniosa entre os Estados Americanos, sem exceções e não apenas restrita a eles, a fim de superar os vestígios da confrontação da ordem bipolar, é que as mudanças ocorrerão “quando as armas estiverem definitivamente mudas e a palavra bastar para assegurar os direitos

13 IX Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na inauguração do Parlamento Latino-Americano, São Paulo, 17 de julho de 1993(FRANCO, op.cit., p.33-35)

14 XXVII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Sessão de Abertura da Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1994. Ibid., 69-73.

essenciais dos homens em suas comunidades nacionais, e os das nações, na grande comunidade planetária”¹⁵ (FRANCO, 2008, p. 60).

1.4. Governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-98) e (1999-2002)

O presidente, ex-ministro das Relações Exteriores e ex-ministro da Fazenda do governo anterior, foi eleito, em boa medida, em decorrência do sucesso do Plano Real, concomitantemente, no cenário internacional postergavam as crises e suas consequências cambiais atingiam com aspereza as economias em desenvolvimento, assim, a estratégia adotada pelo Estado brasileiro era dar andamento ao “choque de abertura” (CERVO, 2009, p.82), ou seja, com a revogação de cláusulas constitucionais, possibilitaram-se as privatizações nos setores de energia, telecomunicações e siderurgia.

As desestatizações, como primeira fase de abertura, mantidas com intuito de internacionalizar a economia nacional, aliando o relaxamento cambial à competitividade, dariam condições iniciais ao país de elevar seu grau de concorrência com outros países. Contudo, em uma segunda etapa da gestão de abertura foi revista a política cambial e, ao se articular os mesmos fins de enfrentamento da concorrência, uma das estratégias adotadas foi a concessão de “bolsa indústria”, uma medida de incentivo que através do fornecimento de crédito e recursos para a proteção das empresas e indústrias nacionais daria um novo ânimo ao mercado interno.

Todavia, o que caracterizou o neoliberalismo econômico de governo, uma vez que este não se assinalava como nacional-desenvolvimentista ou liberal-nacional, nem tão pouco era do tipo liberal associado e ocidental das fases anteriores, mas então o quê? Talvez um liberalismo de meio, cauteloso, atento na busca por novas parcerias, sem contudo, arriscar os poucos ganhos que obtivera com as conquistas nacionalistas, uma escolha que de fato fez crescer o país, mas de maneira insuficiente se comparado a outras estratégias de governos anteriores. Assim caminhava-se vagarosamente na tentativa de atrair investimentos econômicos de cooperação para o desenvolvimento do país – também econômico ou ainda restrito a tal esfera.

Um hiato de instabilidade histórica se verifica no Brasil, durante a década de 1990. Sob o signo do neoliberalismo, a abertura do mercado de consumo e as privatizações ocorreram na forma de tratamento de choque e colocaram em risco a continuidade do projeto industrial nacional. Desnacionalização,

15 XXIII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da sessão de abertura do Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Belém do Pará, 6 de junho de 1994. Ibid.,p.57-60.

alienação de ativos de empresas brasileiras, penetração do empreendimento estrangeiro em setores estratégicos, especialmente nas comunicações, déficit do comércio exterior, das contas externas, estagnação econômica e desindustrialização em marcha são alguns efeitos da primeira fase da abertura. O país havia, contudo, avançado o suficiente em organização de classe e maturação do sistema produtivo para reagir e domar o curso da abertura, desejada irrestrita e ilimitadamente pelos dirigentes da era Fernando Henrique Cardoso.

[...]

Organizações das classes patronais e operárias exerceram pressão sobre a representação política. O ritmo da abertura foi dosado à capacidade de adaptação das plantas industriais, e uma verdadeira revolução tecnológica operou-se, elevando-se o nível de produtividade sistêmica. Mesmo revelando flexibilidade política diante da “globalização assimétrica”, os dirigentes da era Cardoso foram substituídos no início do século XXI por outro grupo no poder, que formava uma coalizão de centro-esquerda sindical e patronal.

A vocação industrial do país estava salva; aliás, alcançava novo patamar. (CERVO, 2009, p.83-84).

A última década do século XX contrastou economias imperialistas com economias dependentes, no caso da América Latina isso refletiu em aumento das taxas de desemprego e arrocho da esfera dos direitos sociais, consequências da hipertrofia que se abateu sobre a acumulação financeira, de tal forma que o mundo nunca haveria de enfrentar tantos problemas com as contradições sociais por conta da concentração de renda exacerbada como agora, o que criaria imensos bolsões de miséria. O cenário internacional a época é intensamente contraditório, pois se por um lado é favorável ao desenvolvimento político das democracias, apoiando as liberdades individuais, afirmando a universalidade de direitos, pautando um tipo de desenvolvimento sócio-econômico com justiça social e enriquecendo o debate político com densidade cultural, por outro lado, entretanto, parece subestimar o campo valorativo da diplomacia cultural, como se “esquecesse” as articulações que existem no mundo multicultural, negligenciando ou *freando* as integrações entre a esfera político-cultural (sócio-política) e a esfera econômica, como se essas se apresentassem artificialmente em separado.

Enfim, o Brasil cresceria timidamente e apesar de seguir com o jogo da política econômica externa, enfrentava-a com prudência diplomática e com medidas de alto risco social no plano da economia doméstica. Superada a estagnação com o controle da inflação e da dívida externa, recuperou-se a economia e a sustentação do modelo político democrático nacional, este conquistaria definitivamente, com a ressalva de manutenções periódicas, sua posição nacional através da reorganização sindical e do empresariado, os quais passariam a enxergar a aplicação de novas tecnologias no aperfeiçoamento da mão de obra, além disso, outros fatores como a normalização do cumprimento de acordos e contratos com mais

garantia de estabilidade e reformas estruturais, sobretudo na previdência, também foram propostas no sentido de conter a inflação.

O presidente em exercício pronunciava o caminho do diálogo e do convencimento na tomada de decisões político-econômicas internacionais, ponderava sobre a responsabilidade dos governos e dirigentes nos momentos de traçar decisões e buscar por escolhas que contemplassem a justiça social. Havia expectativas positivas, dentro e fora do país, sobre a consolidação do modelo democrático nacional, contudo, seguindo-se a ordem internacional seria preciso flexibilizar a soberania e, ao se comprometer com a internacionalização dos mercados, se adaptar as dinâmicas mundiais das comunicações e da abertura econômica, tal estratégia arriscada de modernização colocou o país de acordo à “vontade” internacional, mas, em contrapartida o mesmo não se beneficiou como esperado, já que os países desenvolvidos não se abriram como prometido e, assim, a reciprocidade esbarrou em gargalos econômicos, protecionismos bárbaros e políticas econômicas sem fundo social.

Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento. Falta a justiça social. É esse o grande desafio do Brasil neste fim de século. Será esse o objetivo número um do meu Governo. (...) Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta e, por vezes, mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo, restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia. [...] Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir.¹⁶ (CARDOSO, 2009, p.12-13).

A nova ordem mundial, da implementação da globalização econômica, e as possibilidades de um país de dimensões continentais como o Brasil influenciar outros países de sua região a barganhar conjuntamente nas relações internacionais – ou como a situação nacional a atingir a estabilidade político-econômica pode repercutir na região latino-americana – por tudo isso se avaliou o quanto as propostas diplomáticas brasileiras poderiam pesar consideravelmente sobre sua região, ou seja, aliadas a um projeto interno consistente de crescimento, o saber tirar proveito dessas condições internacionais buscando a valorização das múltiplas identidades seria a chave para o desenvolvimento.

Cardoso falava da continuidade aplicada ao plano interno para demonstrar confiança e despertar os ânimos políticos internacionais, assim, o perfil de um Estado responsável se traduziria em investimentos, então se mantendo condizente com as mudanças graduais e

¹⁶ Discurso de Posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Congresso Nacional Brasília, 1o de janeiro de 1995. In: CARDOSO, F. H. (Presid.). **Discursos Seleccionados Do Presidente Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Ministério Das Relações Exteriores; Fundação Alexandre De Gusmão, 2009. p.9-18.

disposto ao debate com a sociedade nacional, também não se ignoraria ou poderia atropelar a vontade popular, uma vez que a participação brasileira, na novíssima ordem mundial em construção, deveria contribuir para atualizar os discursos e as ações externas, incluindo aí a representação dos diversos setores nacionais, se conquistaria um posto internacional e talvez se registrasse a diversidade presente em sua marca já como um dado dos próprios cenários globais.

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política como econômica, condição que tanto nos permite aprofundar-nos nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia, do Pacífico. E, ainda, identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid. Sem nos esquecermos das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que, por sua dimensão continental, enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social. (CARODOSO, 2009, p.14).

O reconhecimento e a valorização das diversidades culturais, inseridas na própria formação identitária e processual de um povo, através de políticas públicas e políticas culturais de governo, constituem o alicerce do mundo contemporâneo. Essa consciência levada a cabo por parcerias entre o Estado e os “construtores de cidadania” – intelectuais, educadores, artistas, produtores e agitadores culturais de uma dada sociedade – quando se trata de um assunto tão abrangente como tal, significa pensar que os desafios das gestões sociais e político-econômicas em reduzir, ao ponto da extinção, as desigualdades sociais perpassam a dimensão da cultura complexa e da ativação político-social.

O Brasil de tradições multiculturais e raiz tripartite: indígena, portuguesa e africana, compartilha de valores comuns e estilos próprios regionais, entretanto, ainda lhe cabe o devido reconhecimento à primeira e à última matriz, relegadas em verdade no trato histórico-nacional, assim sendo, o país negligenciou seu desenvolvimento ao não reconhecer seus integrantes e isso repercutiu em anos de contradições sociais e injustiça. O governo FHC, mesmo atento a essa **dívida social e moral** e consciente das potencialidades possíveis de um investimento corajoso no binômio cultura-educação e no suporte às garantias básicas de vida, o que se reflete em políticas públicas variadas, optou taticamente por iniciar pela reorganização e “enxugamento” estrutural para modificar o atendimento aos setores públicos.

Mas algumas reformas não saíram do papel como o esperado, devido mesmo às dificuldades de atacar formas privadas de clientelismo dentro da administração dos governos, de combater interesses corporativistas e desvios de verbas da corrupção, em resumo, tal esforço exige da sociedade uma mobilização política inicial, em que sem pressões legítimas

não há transformação, “sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos” (CARDOSO, 2009, p.16-17).

Assim, se ponderaria que os recursos públicos que atenderiam os setores sociais esbarram em desvios ilegais quando a maquinaria estatal é obsoleta e ineficiente, na mesma proporção a transformação da administração estatal e a vigilância sobre ela, só se efetiva com o esclarecimento das populações, o que demanda, mais uma vez, políticas públicas consistentes, sendo assim, antes que se caia num circuito vicioso, quer se analisar as prioridades adotadas pela política do governo e a distribuição dos recursos orçamentários como pólos complementários.

A participação desejada da sociedade para o processo de mudança trata da formação da opinião pública dentro da mesma, sendo assim, sua qualidade crítica não termina em anos de escolaridade individual, o processo cultural permanece ao longo de uma vida; não só de políticas públicas dependerá sua trama, nesse ponto os meios de comunicação de massa exercerão igualmente responsabilidades ou irresponsabilidades.

Contudo, se ajunta também que no Brasil tais encargos ficam a desejar, uma vez que, a grande imprensa rádio-televisiva tradicional brasileira se restringe a uma oligarquia empresarial ainda beneficiada por antigos estatutos do período ditatorial, além do que, impera a obsolescência na sua grade de programações com conteúdo informativo raso, sem pretensões de formar uma opinião pública mobilizada, e aquém das realidades sociais, uma imprensa maquiadora de tensões sociais, a serviço de uma classe político-empresarial e propagadora de tipos caricatos de entretenimento vazio.

Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania. (CARDOSO, 2009, p.17).

A sociedade brasileira ao convocar, por ela mesma, a participação nas decisões políticas do governo de seu país, é uma situação que pode ser entendida como um “jogo de pesos e contrapesos”, num plano ideal limítrofe dependendo da solidez social que reverbera na representatividade de seu Estado, ou seja, a força com que comunidades e governos se articulam caracterizará a fraternidade entre seus membros componentes da sociedade, estes quando esclarecidos de seu poder de mobilização política assistiriam às liberdades individuais e auxiliariam a *balança social* a equilibrar a igualdade existente nas diversidades.

A globalização em curso surgiu como promessa de abrangência internacional que possibilitaria o desenvolvimento das variadas sociedades humanas, gerando profundas mudanças sociais, mas a globalização de tipo econômica, apesar de trazer inúmeras oportunidades de renovação, limitou o crescimento ao benefício de parcelas restritas de populações, aumentando as contradições sociais. A época de FHC no governo brasileiro acompanha essa novíssima ordem mundial neoliberal que estava em sustentação no contexto internacional, começava-se a “desvendar” o fenômeno.

A internacionalização dos mercados e, assim, posteriormente a “industrialização protegida” deixa de ser a regra para dar início a internacionalização da produção.

Mas retomemos o modelo de substituição de importações: o seu esgotamento derivou basicamente do fato de que o conteúdo nacional da maioria dos bens diminuiu e suas fases de produção se internacionalizaram. Quanto mais tecnologicamente sofisticado o bem, provavelmente maior será o número de países que participaram desde sua concepção e design, até sua produção e *marketing*. Essa tendência se fortaleceu não apenas em razão do barateamento dos custos de produção (decorrente da revolução técnica e tecnológica), da maior mobilidade dos fatores de produção e, ainda, da queda das tarifas de transporte e comunicações. Foi resultado, igualmente, da progressiva redução da proteção tarifária e não-tarifária, em sucessivas rodadas de negociação multilateral em foros como o GATT, patrocinadas principalmente pelos países desenvolvidos, mas que passaram a engajar também os países de industrialização recente, ávidos por novos mercados.¹⁷ (CARDOSO, 2009, p.29-30).

O que força os países, sobretudo os em desenvolvimento, a se abrirem aos mercados externos e reformular suas políticas nacionais econômicas e comerciais, para atrair capitais de investimento e se manterem competitivos no mercado internacional.

[...] o acirramento da competição entre as nações não excluiu, contudo, a cooperação, que pode assumir várias formas. A principal delas tem sido a integração regional. A criação de mercados ampliados, seja sob a forma de zona de livre comércio, seja, num patamar mais avançado, de uma união aduaneira, transformou-se num instrumento fundamental para os países em desenvolvimento, no quadro da globalização. No caso do Brasil, o Mercosul tornou-se, no espaço de menos de uma década, o principal projeto da diplomacia nacional. O Mercosul atrai hoje para a região um volume crescente de investimentos de grande porte, com impactos importantes na geração de novos empregos. Estou, assim, convencido de que as políticas de integração regional têm de ser mecanismos decisivos de combate aos efeitos mais danosos da globalização (CARDOSO, 2009, p.30-31).

Na balança entre a competição e a cooperação se uniformizam as regras econômicas de comércio internacional, com a Organização Mundial do Comércio os países em

¹⁷ Conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento”, realizada no Colégio do México Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996. Ibid., p.22-40.

desenvolvimento esperariam propostas viáveis para o equilíbrio do poder econômico; os discursos da globalização cobram das administrações dos Estados adaptações funcionais – e isso se vê aplicado em “cartilhas” neo-liberais –, o Brasil mesmo iria seguir na gestão FHC essa lógica, por mais que a situação do desemprego protelasse a duras penas, o futuro prometia crescimento e o Estado, mais “enxuto”, estaria na posição de melhor intermediador da riqueza produzida pela sociedade e da distribuição do desenvolvimento social.

As condicionantes de articulação, política interna / política externa de um país, têm de enfrentar restrições e pressões internacionais às suas políticas, com disciplina fiscal para pagamento da dívida externa, controle dos gastos e das dívidas públicas. Apesar das contradições entre manter um Estado eficiente e ao mesmo tempo atender a demandas crescentes por equidade, o ex-presidente observa que “a atitude meramente pragmática do governo é insuficiente e simplista diante de problemas que envolvem opções complexas e valores”.(CARDOSO, 2009, p. 33). Portanto, a ética econômica mundial necessitava, e ainda hoje necessita, ser revista, reconhecendo os “limites” do mercado e abrindo espaços mais justos aos países em desenvolvimento para combater os efeitos devastadores, socialmente injustos, da globalização.

A desigualdade e a exclusão social marcam presença, com maior ou menor intensidade, em cada região do planeta, hoje, contudo, estão condicionadas independentemente da carga de desenvolvimento de cada país, pois o fenômeno mundial nesse ponto foi mais efetivo ao socializar as perdas. Não se quer aqui defender qualquer tom, contra ou a favor, da mesma globalização, o que se intenciona é avaliar os fatos e esclarecer que existe uma potencialidade valorativa incrível, do ponto de vista social e político-cultural, que poderia ser trabalhada vislumbrando o desenvolvimento comum dos povos.

Observa-se a seguir, como o ex-presidente tratou da visão equivocada, distorcida e problemática da globalização restrita aos moldes econômicos e institucionais, onde o ideal de solidariedade clássica foi deturpado para uso conservador do tipo mais vil; a lógica capitalista não preza por condições de similitude e justiça social, não oferta, com a concentração abusiva de lucro, as mesmas oportunidades de acesso aos direitos básicos de vida, a cultura-educação e a formação humana.

Na dimensão das relações interpessoais, a desigualdade passa a ser encarada como fruto menos da “exploração capitalista” ou das distorções do modelo de acumulação do que das diferenças qualitativas do trabalho, das competências e habilidades inatas ou adquiridas. A desigualdade material é identificada perversamente como resultado de um processo natural de

diferenciação entre indivíduos. Essa ruptura do sentimento de solidariedade tem grave repercussão na própria ideia de identidade nacional, [...]

Na dimensão das relações interestatais, a desigualdade é vista menos como um fenômeno histórico, político, econômico ou cultural, do que como uma incapacidade de adaptação aos novos padrões de produção da economia globalizada ou ao quadro institucional e ideológico prevalecente nas “nações vencedoras”. Esse esmaecimento da explicação econômica, sociológica, histórica ou ética da desigualdade leva ao crescimento da indiferença e da intolerância com relação aos “perdedores”, que são classificados como os únicos responsáveis por seu próprio atraso.

[...] A existência da desigualdade e da exclusão passa a ser, também perversamente, considerada como um dado natural da realidade, perdendo-se uma das dimensões mais importantes do **pensamento “conservador” tradicional**, que é, como já o disse, a da **solidariedade**, da proteção dos mais fracos e desassistidos, em nome da defesa de um valor maior, o da coesão ou da harmonia do tecido social.

O verdadeiro desafio, portanto, é ir além do conservadorismo. Sabemos que é indispensável retomar os valores comunitários e recriar uma ética de solidariedade. Contudo, não é uma tarefa fácil rearticular os instrumentos e as instituições que tenham efetiva capacidade de lidar com a desigualdade e a exclusão. (CARDOSO, 2009, p.34-35, grifo nosso).

O desenvolvimento apenas pensado em linha de “deveres” pessoais ou nacionais não resolve o problema da mobilização, da cooperação abrangente em suas formas da diplomacia cultural e contemplada na comunidade internacional. É preciso problematizar no domínio de cada nação: o desemprego estrutural, a abertura de mercado, a retração de barreiras tarifárias e não tarifárias, a questão nacional em xeque. Além disso, considerar as questões supranacionais: crises cíclicas do capital internacional, desemprego conjuntural, terceirização da economia, movimentos migratórios, ascensão de regionalismos como forma de reação, países multiculturais como dado da realidade, e etc.; se todas essas considerações não pesarem sobre os efeitos e as consequência da globalização, não haverá nenhum enfrentamento a favor de transformações sociais e desenvolvimentos com complementaridade.

Todavia, em nenhum momento se trata de ignorar a força dos mercados, as competitividades continuarão a existir (em todos os níveis sociais) e a fazer parte das culturas, no entanto ponderam-se as prioridades valorativas em questão. Longe de tecer fórmulas acabadas, mais uma vez, quer-se reforçar qual tipo de desenvolvimento é almejado.

Estamos vivendo transformações que reorganizarão a política e a economia do próximo século. A tarefa de dar sentido humano ao desenvolvimento, na era da globalização, tornou-se um grande desafio, porque temos de lidar não apenas com uma realidade radicalmente nova, mas principalmente com o vazio ético que a idolatria do mercado gerou e que o fim das utopias revolucionárias acirrou. (CARDOSO, 2009, p.39).

Traçar estratégias nacionais a fim de reverter gradualmente um quadro de distorções sociais de séculos de descaso, obviamente não é uma tarefa simples, mas políticas

governamentais que adotem projetos abrangentes em suas prioridades sociais são fundamentais, a reorganização das instituições burocráticas também não ficaria a perder-se de vista no plano de governo Cardoso, ao menos o discurso era incisivo e precavido “Diante desses condicionantes, como buscar soluções inovadoras, dadas as limitações de ação do Estado, que envolvam os diferentes níveis de Governo, a sociedade civil, os sindicatos de trabalhadores e os órgãos patronais?” (CARDOSO, 2009, p.38)

Reinventar o sentido de comunidade internacional revendo as práticas da globalização econômica por um novo tipo com equidade social, liga-se diretamente ao combate às marginalizações (geradas no centro financeiro-especulativo), através dos debates das responsabilidades das elites culturais e econômicas nos contextos específicos e gerais – nacionais, internacionais e supranacionais – onde a crítica aos interesses de uma particularidade escancararia a “[...] exacerbação do individualismo e uma cultura de conflito [...]” (CARDOSO, 2009, p.39), quando a cultura desejada deveria caminhar pela solidariedade ética e a humanização valorativa das consciências. Só assim, com o enfrentamento das desigualdades na tarefa própria da política: “[...] como a arte de construção de consensos [...]” segue dizendo FHC; estaríamos habilitados a nos sentir verdadeiramente humanos. A “[...] passagem conceitual do domínio da economia para o mundo dos valores” (CARDOSO, 2009, p.39), pelos novos agentes da construção futura, se concluirá quando efetivado o projeto de globalização renascentista.

Não se trata de retornar aos ideais do passado, realimentando utopias que já não explicam o mundo contemporâneo e tampouco se coadunam com a prevalência dos valores democráticos e da economia de mercado. A solução dos problemas contemporâneos ultrapassa as fronteiras nacionais e demanda a mobilização universal.

[...] Não creio mais ser possível identificar uma classe social específica com esse papel de timoneiro da nação rumo ao desenvolvimento, em meio ao turbilhão da mudança. Dar sentido humano ao progresso, reforçando-se a ética da solidariedade, tanto na dimensão nacional como na internacional, passou a ser crescentemente um exercício coletivo, disperso, fragmentário, num verdadeiro composto de utopias parciais. Nenhuma classe ou grupo social detém, hoje, o monopólio na demanda por equidade.

Exatamente por isso – volto a insistir – é que precisamos revitalizar os valores essenciais do humanismo, da razão sábia, da tolerância. Esses são, por excelência, os balizadores da legitimidade moderna. É necessário um engajamento real do Governo e da sociedade contra a corrente do individualismo exacerbado e niilista, que conspira contra a própria noção de identidade nacional. (CARDOSO, 2009, p.40).

Nos foros sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente, como primeiro passo nas discussões para se encaminhar resoluções nas quais todos os indivíduos do planeta Terra dependem, uma vez que mexe com a sobrevivência coletiva, a orquestração internacional

tenta harmonizar os ritmos de desenvolvimento mundial ao buscar a conscientização das responsabilidades das nações, tal tarefa tenta ser ilustrada pela ONU no convite de diversos países ao diálogo. Como sabido, o progresso necessário não veio com as revoluções técnico-científicas, os impasse nas negociações e a carência de instrumentos eficazes para implementar acordos e tratados, além de fundos de financiamentos, refletem as dificuldades contemporâneas. A natureza, dos mais variados ecossistemas ao cotidiano das urbes, chegou a um estágio de degradação pelos insustentáveis padrões de produção e consumo, em que o desperdício com os recursos naturais evidencia o baixo nível de comprometimento e o descompromisso em favor da eficiência das economias produtivas.

O Brasil de 1997, cinco anos após a RIO-92, continuaria propagandear seu modelo de legislação ambiental previsto na Constituição nacional, com agendas descentralizadas e específicas a algumas localidades, apesar de atropelos na legislação como áreas de exploração ilegais e reformas políticas e agrárias inconclusas, o país era exemplo, até certo ponto, de coordenação de políticas econômicas e ambientais, com parques nacionais, reservas de proteção ecológicas e concessão de crédito de carbono como instrumento de crédito. Não se pode esquecer que ainda são inúmeras as questões de reconhecimento de causa no trato com as populações nativas, por exemplo: tribos indígenas, povos das florestas, remanescentes de quilombo, populações de pescadores e ribeirinhos. Questões de reconhecimento de causa, também estão em aberto quando referentes à busca por parcerias internacionais – tanto envolvendo questões trans-fronteiriças como os demais interessados em demarcações de terras – na elaboração de projetos amplos de registro e valorização das diversas culturas e planos de educação patrimonial (no período, ainda pouco discutidos). O plano de governo a época traçaria observações consideráveis.

No segundo mandato de governo, com a política democrática consolidada e a economia estável, as diretrizes possibilitavam maiores mudanças na sociedade brasileira, houve melhorias na distribuição de renda e com isso a ampliação do acesso a bens de consumo, depois que a globalização se alastrou pressionando os Estados a se reestruturarem, e depois que o país adotou medidas de alto risco para voltar a crescer – enxugando o aparelho estatal, aumentando a eficiência administrativa, evitando e reduzindo os desperdícios – a melhora relativa na qualidade do atendimento, e expansão das redes, de saúde e educação de fato se efetivou no país. Apesar das graves crises internacionais que se enfrentou no primeiro governo (mexicana, tigres asiáticos e russa) o Brasil atingiu a posição de oitava economia

mundial, fazendo o ajuste fiscal – o que mantinha elevada a taxa de desemprego – para regular o déficit público.

Como dado da história esse foi um caminho estratégico adotado, primeiro faz-se a concertação neoliberal depois, se bem sucedida, viriam as mudanças; no caso do Brasil, as taxas de desenvolvimento foram superestimadas, contudo o país voltou a crescer, poderia, então, melhorar também a apresentação nacional ao mundo, as suas condições visando a integração hemisférica também se favoreceriam. As prioridades das relações tratadas no Mercosul foram mantidas e novos diálogos com a América do Sul em solidariedade consonante com a América Latina se reavivariam a partir de então; além das outras relações já tradicionais com a União Europeia, Estados Unidos, China, Rússia, Japão, relações históricas com a África e, posteriormente relações com a Índia.

Os desafios, em boa medida, seriam os mesmos, alguns ainda incompatíveis com a lógica do capital ao enfrentar a distribuição da riqueza produzida; o governo, entretanto, em suas rotas de atuação, pensava em como transformar valores ideais em formulas práticas e ajustáveis ao cotidiano, faria o possível para democratizar o mercado nacional e defender uma competição saudável, assim, buscou-se incentivar as parcerias entre os setores da sociedade civil e entre os setores públicos e privados, no mais, a construção de uma “opinião pública” se expandiria conforme a melhora na qualidade e oferta de cultura, a revitalização expressa nas liberdades e convergida nos movimentos sociais (de trabalhadores, sindicatos, organizações não governamentais) auxiliaria na fiscalização e no controle das instituições sociais, ou seja, sociedade e Estado trabalhariam juntos como esferas inseparáveis e complementárias, o último deveria ser reformado para que a primeira superasse a crise de representatividade.

Igualmente, FHC falava em estudar as alternativas e em como deixar os planos de governos mais abertos, cabíveis de revisão “[...] há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.”¹⁸ (CARDOSO, 2009, p.49). E havia também a expectativa que o prenúncio dos 500 anos da chegada dos ex- colonizadores, no ano 2000, “acendesse” a sociedade brasileira, como um choque de conscientização cultural (na óptica do Brasil transformado pelos brasileiros), o qual também não se cumpriu, mais uma vez a reflexão social foi postergada, prejudicando o desenvolvimento da mesma no combate as desigualdades.

18 Pronunciamento do Presidente da República Posse no Congresso Nacional, Brasília, 1o de janeiro de 1999. Ibid., p. 45-52.

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros.

Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem estar dos brasileiros.

Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros se tornam também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países.

Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais. (CARDOSO, 2009, p.47).

No cenário internacional, um novo mundo de “conectividade”, mundo do acesso à internet, das tecnologias de ponta, de uma economia global e de vários bolsões de isolamento. Nas novas agendas governamentais estavam tópicos de cooperação, da necessidade mesma de integrar regiões e buscar desenvolvimentos conjuntos, assim, pode-se dizer que a preservação das diversidades culturais estaria assegurada ao se reconhecerem (valorizarem) os vínculos comunicacionais, ou seja, as experiências se enriqueceriam no sentido de uma “universalização heterogênea”, na medida em que, tão importante quanto preservar tradições culturais é criar novos laços, incentivando as trocas relacionais através do aperfeiçoamento das instituições do Estado de Direito, atendendo às necessidades crescentes na busca por entendimentos aos canais de diálogo, com adaptação e revisão dos últimos.

As identidades nacionais estariam atentas a um tipo de identidade não nova, mas, nesse contexto, em evidência, a chamada identidade da gênese humana atualizada no modo de vida cosmopolita, que não se pretende sobreposta às outras identidades (locais, regionais, enfim culturais), mas que reaparece contra as diversidades injustas, as quais carregam o cerne da exploração das diferenças, mantendo as condições de vida extremadas em desigualdades.

As atenções ao Mercosul continuariam na lista de prioridades, mas juntamente com as discussões sobre Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que esbarraram em distorções e assimetrias insolúveis, mostrando-se indesejável e incompatível com os pontos de sustentação nacionais, como agricultura e a permanência de barreiras tarifárias e não tarifárias, como considerou o ex-presidente; para o Brasil as consequências seriam menos atrativas que as possíveis vantagens, outros países contudo, avaliariam as medidas e seguiriam com relações bilaterais ou em bloco.

Ao se pensar nos benefícios relacionais do livre-comércio há de se ponderar sobre como se efetiva a distribuição dos mesmos, mesmo nessa formação mais simples (anterior a

características de união aduaneira) as ações de um fundo comum deveriam garantir o equilíbrio dos fluxos de capitais de acordo com o potencial econômico, ou seja, conter as assimetrias e reduzir as disparidades, em condição de proporção econômica entre países, caso contrário, as promessas de desenvolvimento ficam retidas na oralidade já que as práticas protecionistas distorcem as relações comerciais.

Abrindo um pouco mais os discursos, mesmo se admitindo que as políticas visem facilitar trocas comerciais em nível ótimo, o interesse aqui é incentivar, sobretudo, outros tipos de cooperação nos mais diversos setores e com destaque à cultura. O mercado está inserido à esfera cultural e não o contrário; já que a última é mais abrangente e envolve todos os domínios sócio-individuais, por certo, existe um tipo específico de comercialização cultural com sua indústria própria, mas não é disso que se trata, de uma fatia do mercado; se observa a esfera do mercado em geral e as relações culturais como antecessoras a criação de um padrão de consumo.

Todavia, os conservadorismos político-corporativistas são combatidos mediante a vontade política das sociedades que os abrigam e os cercam, assim dependendo das organizações sociais (dos grupos dentro e fora do poder), mobilizadas e/ou não, com vista à quebra ou continuação da ordem, pode-se no andamento democrático estruturar reformas institucionais e, nesse ponto, a força cultural que ativa o posicionamento político age, ambos os conceitos se mesclam, apesar de suas especificidades.

A formação de uma cultura-política não se detém a um tipo de instrução enciclopédica e anos de escolaridade, ela também vai além das aplicações estatais de políticas culturais governamentais, não que essas não sejam importantes, mas a noção de cultura-política é mais abrangente, faz sustentações valorativas e compartilha sentidos de responsabilidades. Ainda nessa primeira esfera discursiva, sobre cultura e política, também se encontra o Ideal pan-americano de projeção da justiça social e das igualdades, “revisitado” num novo modelo de integração hemisférica com lideranças da ordem político-econômica e movimentos da sociedade civil a disputar sentidos valorativos (humanitários ou restritamente econômicos, públicos ou privados, “politicóides” ou de bem estar comum) nessa nova comunidade global que se formou.

Em tempos de democracias políticas o uso de ideais republicanos como balizadores sociais está empregado na novíssima ordem global, portanto, as discussões conceituais não poderiam ser mais atuais, muito se fala em garantir liberdades individuais e assegurar igualdade de direitos, contudo, a fraternidade parece restrita as campanhas humanitárias e

“legiões de boa vontade”, relegando seu potencial de solidariedade – outro conceito mal empregado quando tratado pela mesma estética anterior – quando na verdade se trata da solidez, da coesão do corpo social, seja ele nacional ou internacional, mas na atualidade da globalização esse “cimento” deve ser considerado de modo flexível, plástico, uma malha em nuvem virtual que liga e religa pontos.

Nas relações internacionais os contatos multiculturais se aceleraram complexificando as dimensões valorativas das diversas culturas, o tempo-espço mais dinâmico cobra qualquer atenção ao outro a fim de entendê-lo para estabelecer uma comunicação possível que permita fazer trocas (materiais e imateriais), todavia quando esse contato está sob pressão (como em situação de guerra, crises político-econômicas e aumento de migrações), esta última atrapalha o canal de comunicação e aquele (contato primordial) é prejudicado, em algumas vezes torna-se odiado, sobre a questão vide os atentados terroristas, a ascensão de xenofobias e ranços de conservadorismo.

Disse o ex-presidente:

Na onda dos atentados de 11 de setembro, o fanatismo dos terroristas parece encontrar eco no desejo nefasto de acirrar ânimos entre religiões ou culturas. Nós nos opomos tenazmente ao discurso de que existe um choque de civilizações: de um lado, o “Ocidente” judaico-cristão; de outro, a civilização muçulmana.

Heterogêneas como são as duas tradições, a barbárie e o autoritarismo, infelizmente, brotaram em ambas, mas também mereceram o repúdio dos segmentos mais lúcidos de cada uma delas.

[...] Contra o medo e o irracionalismo, façamos prosperar o diálogo e a cooperação, valores que sabemos inscritos em todas as civilizações.¹⁹ (CARDOSO, 2009, p.60-61).

O método para combater tais acirramentos entre culturas, segundo o governo FHC, se encontra na variedade mesma dos interlocutores das diversas nações, segundo ele, os projetos de governo deveriam ser transformados, na prática, em projetos de sociedades e vice-versa, como ações conjuntas na busca por medidas de equidade, contra o protecionismo e a fim de negociações comerciais multilaterais que não ameacem indicar ciclos recessivos; portanto, os governos em acordo internacional deveriam adotar medidas de controle das instabilidades nos fluxos financeiros.

A ordem contemporânea como está estruturada preza pelo mercado, a dimensão econômica é um dado da realidade cultural, longe de negar esse aspecto, observa-se as possibilidades mediadoras da cultura, as possibilidade de ampliar o campo das trocas culturais

¹⁹ Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em Sessão Solene na Assembleia Nacional da República da França Paris, 30 de outubro de 2001. Ibid., p.59-64.

(materiais ou imateriais). Ao se pensar em controle econômico é preciso considerar: como modificar a sua dimensão valorativa sem passar pela esfera da cultura-política? As medidas somente práticas resolveriam as problemáticas sociais?

As rodadas de negociações não demonstram muito vigor em longos processos onde os acordos não são, na maioria das vezes, fechados, muito embora, o caminho democrático não fuja as longas discussões, resta às próximas décadas talvez a responsabilidade em ajudar a compreender melhor o esvaziamento valorativo, quando a esfera econômica se sobrepõe as demais (cultural, política e social). E “se o mercado é o instrumento mais eficiente para a geração de riqueza, é preciso impor limites a suas distorções e abusos” (CARDOSO, 2009, p.62).

Uma nova ordem internacional com uma sociedade mais justa passa pela conscientização das causas que atingem a “comunidade internacional”, o debate afasta o medo e esclarece na tomada das ações a seguir, do contrário, estas quando precipitadas só burlam os diálogos valorativos e as negociações, a proposta de uma “globalização solidária”, em contraposição a globalização assimétrica, se efetivará com a atenção devida a sua causa maior o desenvolvimento compartilhado, em proporção e similitude, considerando as realidades específicas, onde os interesses particulares (materiais) não passariam ao custo de vidas humanas.

Como todos aqueles que pregam a democratização das relações internacionais, o Brasil reclama a ampliação do Conselho de Segurança e considera ato de bom senso a inclusão, na categoria de membros permanentes, daqueles países em desenvolvimento com credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impõe o mundo de hoje: [...] Não aspiramos a um governo mundial, mas não podemos contornar a obrigação de assegurar que as relações internacionais tenham rumo e reflitam a vontade de uma maioria responsável.²⁰ (CARDOSO, 2009, p.70).

O Brasil está longe de ser um modelo perfeito de tolerância e bem viver de suas culturas, mas o país desde sua concepção já se situou plural, bem ou mal se miscigenou e, por outras tantas vezes, isolou etnias, mas existe uma “coisa brasileira” da qual compartilhamos e ainda se mantém em suspensão, o que a torna mais interessante do ponto de vista analítico: a(s) identidade(s) brasileira, como uma experiência nacional incontestável pode trazer grandes contribuições aos debates no cenário internacional, hoje também considerado multicultural, e na sua atualidade com muitos desafios a enfrentar.

20 Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Abertura do Debate Geral da 56a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas Nova York, 10 de novembro de 2001. Ibid., p. 65-71.

Num cenário diverso as dificuldades para articular consensos necessários, e com isso efetivar reformas, são maiores, mas os debates são potencialmente mais ricos, bem como, quando Estados e sociedades aplicam a responsabilidade ética às políticas, quando se avaliam suas consequências sociais, pode-se controlar desde as paixões e vaidades individuais até as políticas de poder.

Na gestão FHC ponderava-se que sair de um ponto de vista “subdesenvolvido”, para encarar a profundidade da situação de injustiça postergada, seria um esforço coletivo pelo desenvolvimento social, com as reformas no plano da ordem o crescimento foi assegurado, ainda que a taxas mínimas, este era a base e não a colocariam em risco, na lógica da normatização do “antes crescer pouco do que não crescer” ou arcar com os quadros da recessão, disse o ex-presidente avaliando o início de seu governo:

O foco devia mudar do subdesenvolvimento para a injustiça.
Era tempo de enfrentarmos nossas próprias responsabilidades e colocar a casa em ordem, ao menos naquilo que estivesse ao nosso alcance.
E assim fizemos.²¹ (CARDOSO, 2009, p.84)

Falava-se também em estabelecer as prioridades e selecionar ações práticas correspondentes às localidades atendidas, numa ação reformista do aparelho estatal, iniciada pelo governo e continuada pelas instâncias sociais, a liberdade dos povos viria com a vigilância da sociedade sobre o Estado. E inicia-se a reforma previdenciária e a reforma tributária, mas a reforma agrária e a reforma política – além de outras, pra citar, na esfera da administração, da constituição ambiental, da constituição penal e legislativa – ainda permanecem irresolutas ou insatisfatórias, demonstrando o quanto a sociedade brasileira ainda tem a caminhar e a transformar os quadros do Congresso Nacional.

Um dos desafios em política social é fazer bom uso de recursos escassos. O foco deve ser colocado nos mais pobres, nos mais necessitados.
E isso não é assim tão fácil quanto poderia parecer. Há interesses conflitantes, pressões políticas e mesmo falta de informação.
Por isso, uma das tarefas básicas deve ser a definição cuidadosa de onde estão as necessidades mais prementes. (CARDOSO, 2009, p.86)

1.5. Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-06) e (2007-2010)

Na virada do século, o clima de mudança partidária prometia a aproximação dos dirigentes políticos aos segmentos sociais organizados, já que o próprio representante máximo da nação vinha dos extratos populares e compartilhava de sua luta.

21 Discurso ao receber do PNUD o Prêmio Mahbub ul Haq por Contribuição Destacada ao Desenvolvimento Humano, Nova York, 9 de dezembro de 2002. Ibid., p.83-90.

Depois da separação de quase uma década, o governo voltaria a se aproximar de um novo projeto atualizado de nacional-desenvolvimentismo e concomitantemente intensificaria a sua política externa, investindo em ações diplomáticas e expandindo as ações extra-nacionais, tentando aproximar o crescimento econômico do desenvolvimento social, conforme observou Cervo (2009), uma atualização do “multilateralismo de reciprocidade” no cenário do século XXI de “internacionalização econômica” através da tentativa de conciliação das sociedades ativas.

Sobre a nova **filosofia da internacionalização da economia brasileira**:

A nova filosofia política da diplomacia brasileira veio a público durante a Conferência da OMC em Cancun, em 2003, quando estimulou a criação do G20, grupo de países emergentes voltados para a produção de regras e regimes de efeitos benéficos para todas as nações, não apenas para as nações avançadas, que até então impunham seus interesses pela logística do capitalismo central.

[...] Constatase que o multilateralismo da reciprocidade pouco avançou, em razão do inalcançável entendimento entre ricos e emergentes no seio da OMC, na reforma da ONU e do Conselho de Segurança, nos regimes ambientais, quanto à saúde, ao alimento e aos direitos humanos. A diplomacia brasileira não supôs, mantendo sua intransigente defesa da reciprocidade, que contribuiria para bloquear a produção de regras e regimes que compõem o ordenamento global. Como não supôs o velho centro do capitalismo que em Cancun se viraria a página da história do multilateralismo, pondo-se fim ao consenso traçado por aquele centro para ser obedecido na periferia. (CERVO, 2009, p. 84-85)

A gestão Lula empenhou maior esforço diplomático para fortalecer o Mercosul e retomar o processo de integração da América do Sul, com vistas a reforçar um mercado interno sul-americano, pôs-se a influenciar seus vizinhos a acelerar a integração regional com obras de infraestrutura já iniciadas na última década. Assim, as parcerias traçariam novas rotas de ligação entre o Atlântico e o Pacífico; bem como, os acordos da época da reabertura dos regimes políticos, como os da Associação Latino-Americana de Integração, a ALADI, seriam retrabalhados para que se encaminhassem a integração de livre-comércio e a integração física, faltaria, então, a integração política.

As medidas rumavam a fim de incorporar as “concessões parte a parte”, principalmente nos quesitos de reconhecimento de assimetrias econômicas e, como já acontecia no Mercosul, da garantia por fundos comuns de auxílio econômico com a adoção de medidas compensatórias. Do mesmo modo, no segundo mandato de governo o ex-presidente assistiu a concretização de sua sugestão de transformar a Comunidade Sul-Americana de Nações, a CASA, em um projeto de integração mais abrangente – envolvendo as cadeias produtivas, energéticas e empresariais em conjunto com a aproximação institucional – o qual

passaria a se chamar UNASUL, hoje, como um dado importante das realidades políticas, brasileira e regional, ela ainda precisará ratificar assuntos acordados e se desenvolver juridicamente, mas está aí, conforme nos esclareceu Celso Amorim (2009, p.18), como um “foro real de pacificação e de solução de conflito na região”.

Era ainda um processo de natureza política. A CASA não tinha uma institucionalidade jurídica. A institucionalidade jurídica só vai ocorrer com a UNASUL. Nós tivemos mais uns dois anos de discussões, até que, no ano passado, finalmente, foi concluído o Tratado da UNASUL, com várias vertentes: a vertente do livre comércio, da integração comercial; a vertente da infraestrutura; a vertente da energia, que ganhou muita força nesses anos; a vertente de defesa, que, na realidade, só veio a se materializar um pouco mais tarde com a criação do Conselho de Defesa; e agora já tem o Conselho de Saúde, enfim, há vários outros que estão se desenvolvendo.

[...]

Quero fazer uma distinção. O Mercosul é um processo de integração que já se encontra em estágio mais avançado, mais profundo. Na América do Sul, nós temos o processo de integração possível, que parte do reconhecimento que os países têm políticas comerciais diversas. Não é que as políticas comerciais dos membros do Mercosul sejam idênticas. Mas a nossa estrutura tarifária, com algumas exceções, é razoavelmente homogênea. Há um esforço para eliminar cobranças duplas; há vários aspectos da política de incentivos que são discutidos no Mercosul. Na UNASUL, nós não temos isso, mas temos um acordo de livre comércio, temos a infraestrutura e temos uma estrutura política que permite também uma cooperação intensa em algumas áreas, como defesa, energia, saúde, educação, cultura etc. . (AMORIM, 2009, p.18-19)

O período em questão enxergava novas estratégias com a diversificação de suas parcerias (principalmente países emergentes da América Latina, Ásia e África) e fortalecimento dos mercados regionais; bem como, a integração regional entre as Américas: do Sul e Central e desses encaminhamentos para a integração da América Latina e Caribe, mostra-se, mais do que nunca, fundamental na busca por resoluções de pontos problemáticos em comum que levariam a promoção do desenvolvimento social.

A dinâmica em curso aproximava os países emergentes na organização de políticas em comum, sustentando uma comunidade de interesse e fazendo frente às dificuldades assentadas “de cima pra baixo”, entretanto, a lógica buscada tenta ser outra ao deslumbrar políticas econômicas em concertação horizontal.

A situação contemporânea da economia mundial não permite mais que as nações se fechem a fim de proteger as suas indústrias. Entretanto, volta-se a incentivar as indústrias nacionais, mas agora de outra forma, através da unificação dos mercados e, no caso da América do Sul, as parcerias se dariam entre os semelhantes, com modelos político-econômicos próximos e tratados entre línguas irmãs sem muitos problemas comunicacionais,

onde as expectativas de negociação e barganha são maiores, logo, o projeto brasileiro o qual também vislumbra o incentivo ao mercado interno sul-americano possui grandes potencialidades.

No processo regional de coordenação de ações conjuntas, a visibilidade mundial adquirida reflete melhores possibilidades de atuação interna e externa, em etapas mais avançadas, como a instalação do Parlamento do Mercosul, a dimensão política notabiliza alguns avanços sociais, mesmo em tempos de crise é possível manter uma taxa de seguridade, mas ainda assim, persistem muitos desafios que se chocam aos processos de elevação dos níveis de integração e, conforme avaliou Celso Amorim Celso Amorim (2009, p.24) sobre a dissolução dos ceticismos, “o discurso é a primeira etapa para poder mudar as políticas”.

Agora, nós estamos vivendo alguns desafios importantes. Eu não quero usar a expressão “círculos concêntricos” porque eles não são concêntricos, nem geograficamente e nem tematicamente. Mas, há três níveis de integração: 1) o Mercosul, uma união aduaneira, com Parlamento, e já com políticas comuns em muitos aspectos; 2) a América do Sul, que vive um processo de integração bastante forte. Do ponto de vista da política externa e de política internacional, acho que ela tem um papel tão grande, ou talvez maior do que o do Mercosul, porque os grandes temas que existem na região, em geral, transcendem o aspecto do Mercosul; e 3) em um nível um pouco menos cerrado, há o conjunto da América Latina e Caribe, em que se reconhecem os diferentes graus de desenvolvimento entre os países.

[...] Talvez o mais significativo tenha sido o reconhecimento da importância dos países em desenvolvimento. Sabemos que muitos não estão satisfeitos como nível de inclusividade do G-20, mas é um avanço. Acho que, em paralelo, como há outros esforços nas Nações Unidas, será possível ter discussões em foros mais amplos e mais democráticos. (AMORIN, 2009, p.21-22).

E continua:

Você pode ter atitudes e, depois, reconhecidas as diferenças, ver qual é o campo em que você pode cooperar com variados países. Um quer cooperar na área de energia renovável; outro pode querer cooperar em melhor utilização das energias tradicionais; nós, certamente, vamos querer cooperar em biocombustíveis, até fazendo cooperação trilateral com países menores; enfim, cada um vai cooperar do seu jeito. Mas, eu acho importante ter essa ideia de que não há mais como fazer um programa em Washington e, depois, com uma pequena adaptação, fazer dele um programa para o conjunto da região. Isso não existirá mais. Haverá outros programas.

[...] É importante manter esse ânimo integracionista, sem perder de vista que nós vivemos num mundo que continuará a ser globalizado depois da crise. Não vamos ter a ilusão que cada um de nós vai construir uma economia totalmente fechada. Ninguém vai. O estado da tecnologia não permite isso. Então, o que nós temos é que encontrar nichos adequados e partir para competir no mundo, usando como base esse grande mercado que temos e que, progressivamente, não só do ponto de vista das regras comerciais, mas das ligações físicas, vai se tornando um único mercado. A palavra é essa: insistir na integração diante tanto dos riscos da crise econômico-financeira,

quanto de outras propostas que possam ser feitas, e que podem ser até aceitas, mas que não devem nos desviar desse objetivo principal. (AMORIN, 2009, p. 25-26)

A gestão Lula, seja na atualização do projeto **nacional-desenvolvimentista**, como se viu na avaliação cautelosa de Luiz Amado Cervo, seja na pauta do **neodesenvolvimentismo**, como considera Armando Boito Jr.(2012, s.p.) como o “desenvolvimento possível dentro do modelo capitalista neoliberal”, teve que se adaptar a governabilidade em direção ao centro e como os atores sociais encontram-se dispersos e diversificados na ordem do fenômeno global, a estratégia adotada pela política partidária para refletir em sua representatividade, tentou conciliar as variadas classes e suas frações, criando, ainda que artificialmente, certa homogeneidade política.

Movimentos da direita e da esquerda tiveram seus projetos específicos inseridos à agenda do governo, mas os programas que atenderiam as populações mais carentes ainda esbarrou nas mesmas restrições do condicionamento da esfera da política do poder e manutenção de privilégios, ou ainda nas obsoletas estruturas institucionais e administrativas herdadas de tempos anteriores, vide, por exemplo, os prejuízos da política de coalizão, o sistema eleitoral desde a concorrência entre partidos até a eleição dos candidatos mais bem pontuados no sistema proporcional, além dos escândalos de corrupção que se repetem a cada governo na história do país.

O que demonstra quão fundamental é a promoção do debate sobre os conceitos de independência e identidade nacionais para elevação dos extratos sociais na articulação dos movimentos sociais. E nesse ponto, o governo soube estrategicamente reconhecer o poder de tal mobilização, mas ao fazê-lo, nos seus moldes parciais, atingiu uma pronta normalização dos mesmos, prezando pela ordem vigente. O governo em questão não remediaria apenas as indústrias e os bancos nacionais, agora, atenderia também as parcelas mais carentes da sociedade, através de políticas de assistência social como, Bolsa Família, Programa Fome Zero e Políticas De Cotas nas Universidades (populações de negros, de índios e das periferias); e não se trata aqui de desmerecer esses programas, pelo contrário, quando funcionam como medidas de correção emergencial das disparidades sociais, durante um período de tempo, são bem vindas, entretanto, os brasileiros desejam verem cumpridos principalmente os programas de prevenção e combate às mesmas mazelas advindas das desigualdades de distribuição e produção da renda social.

O Brasil do novo século elegeu a mudança, todavia, dentro da análise dos fatos e do que era possível fazer, na proposta do governo, mediante não arriscar a estabilidade político-

econômica, os encaminhamentos pela moderação caracterizaram uma política de centro-esquerda, a preocupação estava na tentativa de conter os efeitos nocivos do neoliberalismo sistêmico (BOITO, 2012), para tanto, tinha-se o apoio dos setores sociais, ou seja, a conciliação entre governo e empresariado, e entre governo e classes populares; e, além disso, havia no eixo internacional o apoio dos países latino-americanos.

A política externa ainda mais descentralizada projetava o país mundialmente e interessava à cooperação Sul-Sul, também se transmitia a imagem de uma visão de governo associada com o envolvimento da sociedade, em que a introdução de preocupações sociais nas agendas se refletia na representação do Estado, assim, as estratégias de ação vislumbram a governabilidade e, assim também se passaria a “receita” de um país que soube ascender ao desenvolvimento equilibrando sua ênfase de atuação política entre as pautas de produções agrícolas e industriais.

O discurso da “mudança” carregava também a moderação, e chamava a responsabilidade para si ao implantar um “projeto de desenvolvimento nacional com um planejamento de fato estratégico”²² (LULA, 2008, p.8), desse modo disse o presidente em discurso na sessão de posse, no Congresso Nacional:

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.

Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

[...]

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro. (LULA DA SILVA, 2008, p.7-8).

As propostas de seu governo demonstravam uma preocupação maior com as esferas sociais em comparação aos seus antecessores, logo no início, o ex-presidente fez campanha com vistas a objetivar a mobilização da sociedade brasileira, depreendendo energias em

22 Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, Brasília, 1º de janeiro de 2003. In: LULA DA SILVA, L. I. (Presid.). **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula Da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2008.p.7-18.

combate a fome, na tentativa de transformá-la em uma “missão pessoal” e “uma causa nacional”, declarou:

Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana. (LULA DA SILVA, 2008, p.9).

Na retomada pelo “crescimento sustentado” falava-se em estabilidade e gestão responsável, nessas linhas compactuou-se com a opinião do ex-presidente Fernando Henrique, mas, diferentemente deste, se atingiu o ponto que o mesmo não conseguiu: trazer a participação popular para perto do governo, o que tornou Lula uma figura carismática no governo.

O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista; significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. (LULA DA SILVA, 2008, p.13).

Procuraram-se novas estratégias para articular o plano doméstico com o plano externo, graças a isso e concomitantemente, também se expandiria o comércio nacional com a ampliação das parcerias internacionais. Na prática, depois de tudo que já se ressaltou nessa análise, as expectativas esbarraram nas aplicações mecânicas (nacionais e da conjuntura externa), por outro lado, não se deixaria de seguir o projeto de governo. Observando nos últimos anos, o Brasil e suas trocas comerciais com a América do Sul e a América Latina, é possível avaliar como as crises do capital internacional afetaram tais trocas e apontar que o país seguia o caminho esperado; porém, muitos são os fatores que ainda retêm o seu desenvolvimento desejado, Nas considerações do ex-presidente sobre o caminho de desenvolvimento que se esperava trilhar:

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

[...]Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. (LULA DA SILVA, 2008, p.14).

A política externa brasileira defendia um modelo de soberania nacional que não abriria mão de tomar as rédeas de seu próprio desenvolvimento, defenderia nos foros internacionais a autonomia da sua região; encontraria a simpatia, além de parcerias econômicas fundamentais, de países em situação semelhante de desenvolvimento . A cooperação internacional entre esses países reacenderia a confiança no multilateralismo, os representantes do “Sul” estariam mais próximos de verem cumprido outro tipo de Direito Internacional, para tanto o Conselho de Segurança da ONU seria representativo de fato, pois sua imagem, por estar a muito desgastada e incondizente com as realidades da dinâmica mundial, precisaria incluir novas pautas e, é legítimo que se diga, que a sua reformulação e revista se fazem necessárias ao cumprimento do desenvolvimento mundial, pelo menos, eram essas as expectativas e, de certa maneira, ainda são as mesmas.

Mas para sustentar tal postura brasileira – de um país moderno, diverso, integrador e integrado pela sua força social – no cenário exterior, foi preciso privilegiar o foco de sua singularidade plural; como em outros momentos de troca governamental acender as esperanças no projeto nacional e colocar a identidade nacional em causa fazia todo sentido, a fim de atingir a coesão social.

O Brasil, em comparação aos outros países do globo, realmente se destaca quando se trata da estrutura de sua sociedade, onde convivem diversas culturas. Muito embora, exista a deterioração dos laços sociais e o clima de guerra civil no território – os quais também não estão restritos aos grandes centros e nem se pretende aqui negá-los –, as decorrências dos descasos históricos e de políticas econômicas foram então negadas e subvertidas nas propagandas nacionais ao estrangeiro a fim de se garantir uma imagem democrática brasileira. Logo, optou-se por proclamar “o reencontro do Brasil consigo mesmo” (LULA DA SILVA, 2008, p.18), os jargões usados refletiam essa estratégia: de articular diplomacias dentro e fora do território nacional, ouvia-se muito; “nação de todos”, “país do novo milênio” e que ao povo brasileiro estava acordada tal união. Os trechos dos discursos, a seguir, são um tanto quanto longos, mas é de proveito avaliá-los.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração.

Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos

nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.

O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. (LULA DA SILVA, 2008, p.14-15).

Sobre a identidade nacional em situação, pela revigorada dos ânimos sociais, tanto nacionais como a exemplo de outros países no uso das relações internacionais, Lula diz também:

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.

Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro. (LULA DA SILVA, 2008, p.13).

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à

invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo. (LULA DA SILVA, 2008, p.17).

O Brasil é, desde a retomada do seu processo democrático, uma das principais nações que se colocam à frente nos foros internacionais, a fim de convencer o mundo da importância de se fazer valer a política internacional do multilateralismo, sem ela as democracias nacionais se apresentam incompletas e irresolutas, conforme considerou o ex-presidente, de nada adianta a boa vontade nas palavras e as sessões episódicas de debates intensos, contudo, “temos de manter o diálogo, ampliando-o em bases duradouras”²³ (LULA DA SILVA, 2008, p.22) e apurar as ferramentas de implantação de uma nova política-econômica-social de desconcentração dos capitais, pois o sistema atingiu tal grau de hipertrofia que as contradições nas condições de vida das sociedades atingem, sem exclusividade, todos os países.

Lula insistiu em “bater na tecla” do **desenvolvimento sustentado**, como numa campanha internacional por alianças a favor do desenvolvimento no conjunto das nações e contra a exclusão social, entretanto, nada de muito original emergiu nos panoramas das relações internacionais.

Ao trato de algumas propostas, que não atingem as causas do problema e apenas remediam a situação, foi sugerido pela diplomacia brasileira encaminhamentos no combate a pobreza, principalmente em países da África Subsaariana, como medidas de aplicações em fundos de investimento e auxílio em infraestrutura.

Medidas emergenciais e medidas de prevenção deveriam andar juntas com medidas de combate às causas estruturais, parece claro, mas mesmo óbvio, as distrações sobre quais planos de ação preferencialmente seguir subsistem, ou seja, ao invés de contrabalanceá-las através da retomada da cooperação internacional, as escolhas estratégicas de governo esbarram em pontos de negociação político-econômicos e em questões de interesse que suprimem as avaliações quanto às prioridades sociais, as quais encaminhariam ao debate o desenvolvimento análogo como garantia de paz e segurança mundial.

Os Estados, ao assumirem suas responsabilidades para com o restante do progresso mundial, pressionados pelas sociedades civis nacionais e internacionais, assegurariam uma atmosfera internacional de igualdade de direitos e de oportunidades sociais, se estaria mais próximo da solidariedade entre os povos e da prosperidade comum; um modelo inovador que depende da transformação das mentalidades racionais e sensibilização das mesmas certamente encaminhar-se-á em um longo processo, onde, cada vez mais, os sujeitos sociais seriam

23 Discurso no Diálogo Ampliado da Cúpula do G-8, Evian, 1º de junho de 2003. Ibid., p.19-23.

persuadidos na afirmação de suas próprias consciências, enquanto parcela de detenção de poder de mobilização social, de que uma mudança revolucionária como imaginada não partirá dos interesses limitantes das economias.

Assim, no combate as retrações, das economias (incluindo a norte-americana e europeia) e das sociedades, os governos, segundo defendeu o ex-presidente, poderiam forjar outra equação, incluindo aí o espaço devido aos países em desenvolvimento, na mesma lógica dos outros tempos de discursos humanísticos, mas agora a convencer pelo “cansaço”, pela repetição de discursos que convergem, onde, pelo ponto de vista dos países em desenvolvimento, a economia global e o acesso ótimo aos mercados estão sendo prejudicados pela concorrência desleal, com o protecionismo aos mercados externos e concessão de subsídios, nesse “jogo de empurra-empurra”, da defesa aos interesses particulares e/ou da defesa aos interesses comuns, continuam perdurando crises.

No plano regional brasileiro, atendendo ao Mercosul e América Latina, só não se comprometeu mais com aquelas economias porque se diversificaram as parcerias bilaterais e entre regiões, principalmente com pólo de crescimento na Ásia, já no plano doméstico nacional continuariam os encaminhamentos pelas reformas da sociedade, na busca a culminar em dinamismo e crescimento.

O Brasil e muitos países em desenvolvimento fizeram, na última década, o esforço exigido pelas estratégias econômicas predominantes. Mas não houve avanços importantes no combate à exclusão social. Ao contrário, onde o fundamentalismo imperou não se alcançou a prometida estabilidade econômica. Aumentaram o desemprego, a fome e a miséria. Nossos sistemas produtivos não conquistaram espaços no comércio mundial correspondentes aos nossos sacrifícios. A falta de democracia econômica e social ameaçou a democracia como um todo. (LULA, 2008, p.21)

A velocidade com que decorrerão as transformações sociais dependerá mais das pressões das populações mundiais do que da ordem dos governos. Todavia, o governo brasileiro continuará a investir no Mercosul vislumbrando essas questões centrais para o avanço da integração da América do Sul, . As discussões sobre problemas comuns na região evoluíram e, à medida que se incrementam as buscas por soluções conjuntas e cooperadas, estão sendo discutidas novas ideias nos foros regionais, isso pode ser comprovado nos encaminhamentos práticos, como os canais físicos em construção interligando os países, a fim de recuperar os fluxos de comércio e investimentos na América do Sul.

A consolidação do Mercado Comum do Sul como união aduaneira e, portanto, como ambiente político, serve de apoio a todo continente latino, “os governos dos países que integram o Mercosul têm trabalhado de forma mais determinada e coesa na construção de

ampla agenda de negociações comerciais com terceiros países e blocos econômicos”²⁴ (LULA DA SILVA, 2008, p.26), mesmo com os atrasos provocados pelos efeitos da crise mundial e os impactos na economia argentina, chegou-se a flexibilizar a Tarifa Externa Comum, levando em conta as diferenças nas estruturas produtivas de cada país, claro que ainda necessitam aperfeiçoá-la e findar a dupla cobrança sobre os bens comercializados entre os membros, mas o compromisso vem sendo atualizados.

Enquanto uma nova ordem internacional não é tecida pelos sujeitos internacionais, a convivência, entre os partícipes da velha malha esburacada, é pressionada pela lógica excludente das assimetrias da globalização. Assim, os conflitos sociais entre países e, além disso, dentro de cada país escancaram os contrastes extremados de luxo e miséria, um tremendo paradoxo para a manutenção dos valores democráticos: como sustentar as políticas democráticas dentro de uma ordem que globalizou mais problemas do que soluções?

A desconcentração da renda capital e a redução das massas desempregadas demandarão ainda inúmeras lutas sociais, mas aos governos não cabe a omissão de suas responsabilidades nacionais e internacionais, por certo, o controle fiscal das corporações transnacionais esbarra na contaminação do setor público pelos interesses privados e na “vontade” política dos representantes, aliás, o que aproximaria as relações sócio-internacionais do ponto da insustentabilidade.

O desenvolvimento das sociedades contemporâneas depende do reconhecimento dos destinos nacionais cruzados, não é por falta de recursos disponíveis que se permanecerá nessa tênue separação entre civilização e barbárie, a inventividade humana já demonstra a sua energia, através de produções eficientes com menos desperdício dos recursos naturais e com conhecimento científico e tecnológico; o meio ambiente impõe seus limites naturais, mas os limites que caracterizam a ordem atual são outros, o desenvolvimento social não é possível com discrepâncias e privilégios, também não se trata de padronizar o desenvolvimento e sociabilizar os ganhos, trata-se do amadurecimento democrático das sociedades civis, como ponderou o ex-presidente, “a reforma do modelo de desenvolvimento global e a existência de instituições internacionais efetivamente democráticas, baseadas no multilateralismo, no reconhecimento dos direitos e aspirações de todos os povos”²⁵ (LULA DA SILVA, 2008, p.35).

24 Discurso na XXIV Reunião de Cúpula do Mercosul, Assunção, 18 de junho de 2003. Ibid., p.25-32).

25 Discurso na LIX Assembléia Geral da ONU, Nova York, 21 de setembro de 2004. Ibid., p.33-40).

Nesse intervalo de análise, no processo de reabertura política, da constituição da política democrática nacional até a gestão Lula, observa-se que desde a esperança na constituição de uma nova ordem que superasse os efeitos da bipolaridade da antiga ordem, em seguida na consolidação da globalização econômica e o desencanto com a mesma ameaçando os ideais democráticos; que as reivindicações a favor do desenvolvimento social são basicamente as mesmas, elas se repetem e se atualizam nos discursos.

Por isso, ao se pensar na institucionalidade do multilateralismo aplicado de forma ampla, ressaltou-se que isso só se efetivará por meio de verdadeiras pontes estruturadas culturalmente entre os países, e fundamentalmente através de pontes político-culturais, pontes mesmo de aproximação aos variados estilos de pensar das diferentes culturas, cabendo às instituições dos Estados o papel mediador e aos integrantes das sociedades a mobilização político-cultural e a vigília daqueles.

Não obstante, o Brasil da atualidade se mostra como forte articulador global, nesse sentido, quais as possibilidades dessa presença e atuação no cenário internacional? Segundo o ex-presidente: “nosso desafio é o de tentar entender, e de afirmar, como o Brasil pode colaborar para a construção de uma nova relação de forças internacionais” (LULA DA SILVA, 2008, p.35), a posição brasileira adota a combatividade através de uma **ação global**, atuante em conjunto, os desafios na agenda do dia vão de encontro as políticas de poder e as posturas unilaterais, as quais sustentam as forças de mercado em desordem econômica e financeira.

O Brasil, ao defender ao longo dos tempos a soberania de suas populações, ainda que ao primeiro passo da oralidade diplomática, está também em busca da solidária coesão das demais nações, o Estado brasileiro se posiciona a favor das ações concretas multilaterais, dialogadas e concordadas entre países e grupo de países, assim, talvez se esteja no caminho pela conscientização dos interesses, pesando os interesses econômicos em oposição às necessidades básicas de salvaguarda à vida, e ao menos se na esfera da política externa nacional é exemplo, avaliando do mesmo modo, a mesma medida deveria servir de exemplo às aplicações internas, como quando ao desrespeito aos povos do território nacional, visto os interesses de particulares a infringir a própria Constituição Nacional e, vide como fato pontual, a invasão de terras indígenas e a postergação da demarcação de terras.

O governo Lula ilustra como a intensificação dos trabalhos diplomáticos pode aprofundar os vínculos entre os países. Sobre o Continente Sul-Americano e outras regiões em desenvolvimento como a África e o Oriente Médio, o país demonstra disposição para

ouvi-los, para dialogar e intensificar as cooperações em busca de crescimento econômico, da redução do desemprego, da melhoria na distribuição de renda e da elevação da capacidade de competir externamente.

Como se pode observar nas intenções do plano de governo, nos discursos do ex-presidente, o Brasil está mais aberto ao mundo, pôde diversificar seus focos de exportação, o salto superavitário no início deste século comprova o avanço, o projeto nacional de desenvolvimento sustentável depende dessa integração sul-americana, e mais ainda do Mercosul a engatilhar os contatos em volume de acordos. Contudo, há a preocupação no lidar conjuntamente com as dificuldades regionais e as crises de crescimento, para tanto, é fundamental a “construção de uma nova e ampliada cidadania”²⁶ (LULA DA SILVA, 2008, p.47), com a integração entre culturas e, que perpassa a conscientização das forças individuais.

O governo Lula conseguiu expor ao mundo um novo paradigma de cooperação Sul-Sul, com ênfase diplomática de dialogar com o mundo e na busca por fortalecer uma identidade regional própria aos países em desenvolvimento, conseguiu aproximar continentes, como América do Sul e África, sintetizando os desejos pelo progresso social globalizado e pelo adensamento político, reconhecendo o intercâmbio entre culturas (científico, tecnológico, comercial e etc.) como forma de aprimorar as agendas, foi além das tarefas domésticas de controle inflacionário, traçou frentes de posicionamento contra os ditames da ordem restritiva, soube chamar a atenção mundial e responder internamente com algumas mudanças sociais como a melhoria da distribuição de renda e a redução das taxas de desemprego, por certo, ainda há um longo caminho nacional na estruturação das reformas políticas e sociais a percorrer, como a redução das taxas de juros do país e diminuição da carga tributária sobre a população, contudo, as perspectivas de futuro melhoraram. Essa análise é endossada pelo discurso a seguir, que denota a posição desejada pelo país, a de protagonista de suas mudanças:

Se queremos outra globalização – menos desigual, mais solidária – precisamos construir parcerias estratégicas que unam os países em desenvolvimento em torno dos mesmos objetivos e que atendam, sobretudo, os países mais pobres.

[...]

Não existe saída para os nossos problemas econômicos, políticos e sociais se continuarmos a pensar que, sozinhos, haverá saída para algum país da África ou da América do Sul. Ou tomamos consciência de que a saída é coletiva, de que os projetos de cada Estado podem ser específicos, mas têm que estar vinculados a uma estratégia da África e da América do Sul, e com esse

²⁶ Discurso na Abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”. Paris, 13 de julho de 2005. Ibid., p. 41-54.

projeto estratégico formado, nós estabelecemos as negociações com o chamado mundo desenvolvido, para que nos trate com a justeza que nós merecemos, ou vai significar que no século XXI vamos continuar como terminamos o século XX: com os mesmos problemas econômicos, os mesmos problemas sociais e, por que não dizer, muitas vezes com os mesmos problemas políticos.

[...]

O que nós estamos fazendo aqui hoje é um desafio, é um desafio à política mundial, é um desafio à política internacional. O que nós estamos dizendo é, pura e simplesmente, que existimos. Queremos respeitar todos os países, mas queremos ser respeitados e queremos partilhar um legado que a humanidade vem produzindo nos países.²⁷(LULA DA SILVA, 2008, p.68-69).

²⁷ Discurso da Abertura da Cúpula África-América do Sul. Abuja, Nigéria, 30 de novembro de 2006. Ibid., p.63-70.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentou-se aqui, longe de qualquer encaminhamento conclusivo, debater sobre desenvolvimento social na formação da República brasileira, brevemente se versou sobre sua constituição histórica pelas vias da articulação entre política externa e política interna, e nos interstícios das relações internacionais chamou-se a atenção para o tipo de aplicação diplomática de visão ampliada, aquela baseada nas relações culturais. A fim de entender melhor o Brasil e o mundo, buscou-se também pelo esclarecimento dos fenômenos envolvendo a “modernidade intensificada”, principalmente da década de setenta em diante, em que a internacionalização dos mercados “evoluiu” para a internacionalização dos capitais, em que as cadeias produtivas foram flexibilizadas a transnacionalização viria dar mais eficiência aos mercados juntamente com a potencialização das concorrências.

A revolução técnico-científica e telecomunicacional das últimas décadas do século XX condicionava o processo na “coxia” das transformações político-econômicas, na transição da antiga ordem bipolar para ordem multipolar da esfera econômica o “palco teatral” foi montado a exigir dos Estados a sustentação e defesa dos modelos político-democráticos, bem como, garantir as liberdades individuais e assegurar igualdades de direitos no plano da legalidade mínima (das Constituições “enxugadas”), contemplava a novíssima ordem mundial, economicamente globalizada, na flexibilização não somente do capital, mas exigindo que os Estados soberanos se adaptassem a nova tessitura da realidade do capital financeiro-especulativo, diminuindo gastos públicos, reformando e dando eficiência ao aparelho estatal, abrindo-se aos mercados e simultaneamente tentando controlar a balança comercial nacional.

Pelos moldes do neoliberalismo desviou-se a atenção do social para atender a ânsia de partículas individualistas, o mote dessa liberdade maleável seduzia quando prometia a ascensão econômica. Têm-se, contudo, uma inversão dos sentidos de responsabilidade, que justifica a elevação das privatizações e a redução do espaço público pela interferência do privado, toda essa força ao mercado e ao empreendedorismo civil concentrou a renda das corporações transnacionais e expôs ainda mais as contradições nos estratos sociais.

A fim de combater alguns efeitos daninhos da globalização econômica, viu-se os até então chamados países de Terceiro Mundo dispostos a convergir pontos de apoio em comum para escapar as barreiras impositivas do capital, os países em desenvolvimento estariam a conduzir políticas econômicas regionais como frentes de melhor enfrentamento às adversidades provocadas pelo fluxo irregular de capitais, tipos de cooperação e integração

entre economias semelhantes se mostravam, e ainda hoje se mostram, em vantagem, já que no procedimento de barganha, condizente com as realidades específicas, tenta-se acordar benefícios proporcionais em comum.

A virada do século continuaria a expor a intensificação dos processos e as transformações nos centros das sociedades, às periferias restariam poucas expectativas de mudança na atmosfera da ordem atual, por certo, a capacidade de compra de bens materiais por essas populações e a relativa melhora nas condições de vida mascaram a complexidade dessa conjuntura em rede, de um lado, há ganhos gerais que não se pode negar, com a tecnologia a serviço da melhoria das condições de trabalho, entretanto, essa mesma tecnologia inserida a lógica do lucro sem freio agrava um quadro de desemprego, pauperização das condições de trabalho, principalmente no setor de serviços terceirizados – onde os dados quantitativos não traduzem as reais condições sociais, devido mesmo a atualidade dos fenômenos ainda são indispensáveis mais estudos nessa área –, e “enxugamento” da legislação de seguridade ao trabalhador para facilitar a rotatividade da mão-de-obra entre as indústrias e empresas.

Porém, não convém ao presente estudo negar melhorias advindas com a era da revolução tecnológica, nem, a negação histórica quando se julga a possibilidade de “retroceder ao tempo” e aplicar modelos ideológicos que foram desvirtuados na sua aplicação prática num passado não muito distante, que hoje não correspondem à complexidade das transformações na esfera social. Esclarecido tal ponto, volta-se a atenção aos fatos contemporâneos, buscar entendê-los, dar densidade às discussões através da defesa, na óptica dessa obra, do alargamento da esfera da cultura e, conjuntamente, da mobilização político-cultural das sociedades do mundo, aperfeiçoando os modelos políticos de democracia vigentes, ainda que, o debate se coloque no primeiro plano como ideal, ele é fundamental para caminhar ao encontro de outro tipo de desenvolvimento, em que o progresso não se limitaria a ordem do crescimento econômico.

Assim, uma pergunta se apresenta: qual tipo de desenvolvimento os humanos, contudo, ainda desprovidos de certa humanidade sensível e racional que seja abrangente ao corpo social global, querem para esse mundo? Certamente que não a postergar as querelas resultantes de desigualdades sociais, condicionantes do sistema capitalista, pois, uma vez que este se mostra em estado de esgotamento nas economias tradicionais, norte-americanas e europeias, cada vez mais, estudiosos e críticos se questionam se a “saída” para

desenvolvimento seria decorrente de uma reformulação econômica, como desejam setores conservadores das mesmas sociedades-berço do neoliberalismo.

Observando os pontos levantados no debate, ponderou-se que a cooperação inter-regional e a maior participação dos países em desenvolvimento nas decisões internacionais são fundamentais para a desconcentração dos benefícios adquiridos e o amadurecimento das diplomacias políticas, sobretudo, pela via da **diplomacia cultural**, em que a óptica de desenvolvimento comum supera a esfera de maximização limitada aos fins econômicos. E é aí que as políticas externas podem intervir e através daquela ferramenta atuar no meio das relações internacionais, já que essas são complexas: pacífica, conflituosa ou de força, ou ainda, de motivo cultural, social, político, econômico e militar, ou por influência de poder.

A análise da política externa brasileira desejada neste estudo é da observação atenta às relações internacionais, envolvendo abordagens diversificadas de fatores, atores e valores na busca pelo “caminho da simbiose”, no caso, a associação vital dos aspectos históricos e teóricos para a avaliação e o exercício das relações diplomáticas. A obsoleta relação pautada na **história diplomática** restringia-se a história dos nacionalismos, enquanto a **nova teoria histórica** mostra-se aberta e mais flexível as tomadas de decisões. Mais do que a busca pela compreensão e explicação dos fenômenos internacionais, orienta-se, agora, adequadamente a investigação dos mesmos. Uma nova estratégia de investigação para Cervo (1994) dá atenção, sobretudo, ao processo e ao meio quando se trata de buscar acordos nas relações entre países, uma estratégia consciente das consequências de seus atos, cautelosa e disposta a dialogar com outras disciplinas a fim de reunir ferramentas para tornar o terreno incerto dos últimos acontecimentos mais seguro possível e tátil.

Amado Luiz Cervo, atenta ao indispensável estabelecimento do diálogo entre os teóricos da ciência política e historiadores, ressalva a busca pelo conhecimento – construção por bases empíricas/exatas e conceituais/filosóficas – e a reciprocidade nas colaborações dos estudiosos. Tem-se a necessidade de especializar mais e mais o conhecimento, mas não se pode perder de vista a totalidade e a conjuntura dos fatos históricos; em outras palavras, quando não há respaldo ou disposição de aproximar as metodologias de historiadores e teóricos para aprimoramento do quadro conceitual fica exposta a fragilidade da formação dos especialistas.

É certo que esse movimento de “resposta”, de síntese, nem sempre é acompanhado por uma definição satisfatória, muito embora nem deva sê-lo, contudo será ele que direcionará um caráter ambíguo e muito mais complexo que não deve se fechar ao tentar abranger o todo

(pois não dá conta dos conhecimentos produzidos ou decorrentes das relações sociais, nacionais e internacionais) com respostas limpas, prontas e acabadas, não, esse movimento de tentar retornar a totalidade é “justamente” o meio a se transformar. Nesse direcionamento que se renova é fundamental a articulação das diversas disciplinas, assim as pesquisas desenvolvidas em conjunto ou que busquem o contato com outras áreas contribuem para análise das questões coletivas sem deixar de assegurar suas preocupações específicas. O encaminhamento pelos objetivos comuns tende a valorizar os campos de contato, estimular relações de troca para construção do conhecimento científico, o qual se pretende compartilhado e deveria ser mais bem divulgado, ou, democratizado ao acesso público.

A problemática com que nos deparamos na “modernidade hipertrofiada” nos apresenta uma gama de conhecimento em evolução contínua, embora, o progresso das sociedades modernas não possua a qualidade de transformador social, no seu contingente geral, dentro do sistema capitalista, ou seja, o progresso e a própria noção de história em relação ao desenvolvimento humano, sobretudo após a segunda guerra mundial, contrariaram a crença de linearidade e progressão, existindo um descompasso entre a transformação técnica material, processo de caráter individual e dinâmico, e a transformação das mentalidades morais, processo de caráter sociocultural e processual.

Dito isso, não se poderia afirmar que o desenvolvimento se restrinja a esfera da economia, o desenvolvimento humano depende da diversidade e complexidade cultural, a qual pode estimular a ação criativa e abranger um número maior de pessoas na busca por solucionar problemas, onde se produz de maneira a reduzir desperdícios, compreendendo que o bem-estar das diferentes individualidades depende, direta ou indiretamente, do bem-estar dos demais indivíduos e do meio onde todos se encontram. Esse novo tipo de desenvolvimento, de olhar complexo e abrangente, depende, dentre os fatores primordiais que asseguram uma vida digna, de **políticas culturais** que darão base à constituição da **cultura política**, com suas especificidades relacionadas a cada localidade/região, respectivamente, a primeira não se restringe as programações das agendas governamentais – embora dependa em grande medida das últimas – elas são fruto dos diferentes extratos sociais: Estado e instituições, organizações privadas, fundações não governamentais e sociedade civil organizada ou não; já a segunda, como forma de mobilização, resulta da primeira e ao ser praticada pela transformação e melhoria da base social, observando as diversas formas de organização pública em relação aos domínios privados, pode aprimorar a qualidade da sua derradeira política.

A questão político-cultural, por parecer algumas vezes tão óbvia, mas não menos complexa, fica relegada a um segundo plano, camuflada por interesses de particulares ou relações de domínio do poder, mas também não se trata, aqui, de ignorarmos a existência do mercado, o qual se insere naquela lógica de interesses, longe dessa consideração ingênua, quer-se proferir o pensar crítico, culturalmente autônomo, onde o mercado é mais uma vertente da esfera cultural e dos relacionamentos sociais.

Tentou-se justificar esse ponto de vista com o exemplo do fenômeno da atualidade que necessita compartilhar informações e modos de pensar, o uso da *internet* como ferramenta de articulação desse pensamento integrativo, pode elevar o debate sobre as questões de interesse comum, de responsabilidades mundiais, como ilustram os crescentes fóruns de discussão, nacionais e internacionais, oficiais e extraoficiais.

Talvez, com o vislumbre das possibilidades de articulação, abre-se no horizonte a possibilidade de trabalhar e estudar aquele ideal de **solidariedade fraternal**, de dependência recíproca, em que a coesão social, advinda da noção valorativa dos deveres gerais republicanos, trata de aproximar os povos e suas respectivas culturas, dito de outra maneira, os indivíduos são mais livres à medida que se movimentam mais entre os estratos sociais (física ou virtualmente, na tentativa de compreender a cultura do *outro*), mantendo e renovando contatos entre os demais presentes, e nesse contato pode-se reconhecer e respeitar a igualdade que existe nos mesmos, aquela competente ao gênero humano.

Cabe observar que tal conceito de liberdade difere daquela outra liberdade individual vulgarizada pela individualização exacerbada, já que esta não atenta para autonomia das consciências individuais na construção do coletivo social, não prioriza o desenvolvimento das capacidades criativas em benefício comum, assim a democracia representativa se mostra problemática.

Todavia, também não se trata de uma visão consternadora, acometida de dó e compaixão pela fragilidade que se enxergou no **outro**, esse comportamento disfarçado de fraternidade é mais uma forma de subjugar culturas e impor uma visão dominante, diferente do que se objeta aqui; pois não se trata, portanto, de uma saída de “autoajuda” aos miseráveis, no reconhecimento das potências econômicas, em sua benevolência, aos que padecem, ante isso deveria vir a autocrítica, em que não se deve confundir projeto humanitário (importante como medida remediativa e emergente) e a “solidariedade fraternal” com os princípios de solidez e fraternidade de coesão, respeito social e consideração legal como igual, assim, tentou-se debater, no bojo da história, das articulações políticas e do diálogo valorativo mais

abrangente, a ordem econômica em que se encontra, valorizando as parcerias internacionais e defendendo a diversidade inserida a complexidade. De tal modo, tem-se a dimensão de um novo tipo de desenvolvimento possível, complexo, integrado e socialmente equitativo à dimensão global.

Assim, depois de tudo que foi abordado, tencionou-se uma desejável articulação entre política externa e política interna, a fim de utilizar como exemplo a postura nacional em sua tradição diplomática internacional, com ênfase no diálogo político e na cooperação, a serviço de uma aplicação valorativa voltada ao uso e desenvolvimento das políticas internas em benefício de seu desenvolvimento social e da construção de uma cultura-política brasileira, sem esquecer que se acompanham os processos internacionais, em que o país é influenciado pelos mesmos, mas também tem contribuições a fazer e participar.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. A Integração Sul-Americana. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. n.10. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2009. p.5-26
- BOITO, Amando. A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar. **Brasil de Fato**. n.475, 5 abr. 2012. Entrevista concedida a Nilton Viana. São Paulo: 2012. Disponível em [http://www.brasildefato.com.br/content/%E2%80%9C-economia-capitalista-est%C3%A1-em-crise-e-contradi%C3%A7%C3%B5es-tendem-se-agu%C3%A7ar%E2%80%9D], acesso em 26 de nov. 2012.
- CARDOSO, F. H. (Presid.). **Discursos Selecionados Do Presidente Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Ministério Das Relações Exteriores; Fundação Alexandre De Gusmão, 2009. 92p.
- CERVO, Amado Luiz. A Construção Do Modelo Industrialista Brasileiro. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. n.10, Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2009.
- CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais Do Brasil. In: CERVO, A. L (Org.). **O Desafio Internacional: A Política Exterior Do Brasil De 1930 A Nossos Dias**. Brasília: Editora Universidade De Brasília, 1994. 359p.
- FRANCO, I. (Presid.). **Discursos selecionados do Presidente Itamar Franco**. Brasília: Ministério Das Relações Exteriores; Fundação Alexandre De Gusmão, 2008. 74p.
- FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1ª edição 1984,
- HOUAISS, Antonio. Prefácio. P.17-19. In: RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural: Seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2011. 128p.
- LULA DA SILVA, L. I. (Presid.). **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula Da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2008. 80p.
- RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural: Seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2011. 128p.
- SARNEY, J. (Presid.). **Discursos selecionados do Presidente José Sarney**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2008. 96p.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

LAHUERTA, M. O Século XX Brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In: AGGIO, A.;LAHUERTA, M. **Pensar O Século XX: Problemas Políticos E História Nacional Na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, P. 217-247, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em Defesa Da Política**. São Paulo: Ed. Senac, 2001. 181p.

OFFE, Clauss. A democracia partidária competitiva e o welfare state keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. In: _____ **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v.18, n.36, p.147-174, Jun. 2010.